

SESSÕES DO PLENÁRIO

68ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de agosto de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (4 SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Luciano Simões Filho comunicando que, por participar da festa da Padroeira do Distrito de Brejo da Serra, no Município de Pilão Arcado, da festa do Padroeiro do Município de Canarana e por acompanhar o Governador do Estado, Rui Costa, na assinatura da ordem de serviço da estrada que liga Canarana ao Município de Barro Alto, esteve ausente nas Sessões dos dias 14 e 15/08/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Sobre a Mesa o requerimento onde:- *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.292/2017, de autoria do Poder Executivo.”*

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Adentramos o Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, senhores da imprensa, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho trazer à tribuna desta Casa um assunto que me enche de vergonha, porque não acho apropriado, nem conveniente, notadamente neste momento de tanta lama no ambiente político, em que roubaram tanto este País, querer se aprovar um fundo eleitoral para financiamento de campanhas políticas no valor proposto de R\$ 3,6 bilhões.

Não acho conveniente um fundo para gastar-se em campanhas eleitorais neste valor ou em qualquer outro, pois os nossos políticos não fazem por merecer nenhuma confiança, nenhuma importância, ou nenhum valor. Quem quiser entrar ou continuar na política que vá trabalhar junto ao eleitor, vá dar assistência, vá vender as suas ideias, ideais às bases políticas e limitar as suas campanhas ao tamanho determinado pela legislação eleitoral, ou ao tamanho dos seus recursos próprios.

Como vão entender o senhor e a senhora, que me assistem através da *TV Assembleia*, no momento em que falta dinheiro para investimento em saúde pública, em educação, em infraestrutura e em segurança pública, que é o grande gargalo do momento, ou mesmo quando vemos S.Exª o presidente aloprado da República falar em diminuir o salário mínimo em R\$ 10,00, a vigor ainda no próximo ano a partir de janeiro.

Neste cenário, como falar-se em destinar dinheiro público para campanha política? Não tem como o povo entender, aliás, há muito tempo que o povo e os políticos não se entendem. E há muito tempo que o governo da Bahia não se entende com a segurança pública, que deveria ser de sua responsabilidade, mas ele abdicou dessa responsabilidade.

Agora não se salva ninguém mais, até os socorristas do SAMU são assaltados após atendimento em residências. Não se respeita mais nada. Não se respeitam os hospitais, as clínicas, se respeitam os cemitérios, se respeitam as igrejas, se respeitam aqueles que estão trabalhando para salvar vidas.

Homem é executado com cerca de 20 tiros no conjunto George Américo, em Feira de Santana. Isso virou rotina. A guerra civil está aí instalada e ninguém se importa. Não há dinheiro para investimento em políticas que garantam segurança pública ao cidadão, e se quer jogar R\$ 3 bilhões 600 milhões no colo desses nossos políticos brasileiros, e nós sabemos para onde vai esse dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Convido a Sr^a Deputada Luiza Maia para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, ainda no Pequeno Expediente.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas quero tratar de dois assuntos nesta tarde, nesta tribuna. Primeiro, um velho assunto, que é essa questão da violência contra a mulher. Chamou-me muita atenção um crime cometido na minha cidade natal, em Ruy Barbosa, onde o companheiro de uma menina de 22 anos a assassinou e a enterrou no quintal de casa. Fizemos uma manifestação de repúdio a esse ato e pedimos o fim da violência contra a mulher semana passada, em Ruy Barbosa. Mas eu quero chamar a atenção desta Casa é para a postura do nosso prefeito, o prefeito Cláudio teve uma postura muito correta, inclusive, acho que essa moda devia pegar, como dizemos na gíria. Ele encaminhou um projeto para a Câmara Municipal solicitando que qualquer agressor de mulheres que tenha algum cargo de confiança, seja qualquer agressão, seja exonerado ou impedido de ter acesso ao serviço público.

Sr. Presidente, essa questão da violência contra a mulher é muito grave. Sabemos que esse debate precisa ser feito por toda a sociedade, inclusive pelos homens. Estamos com o processo de um crime hediondo, o estupro daquelas meninas de Ruy Barbosa por nove componentes de uma banda, chamada banda *New Hit*. O processo estava para ser julgado na semana passada, pediram vista e foi suspenso. Já tem declarações de que só vão ser condenados dois agressores. Sabemos que são essas práticas que acabam legitimando e banalizando essa questão da violência contra a mulher.

Queria pedir o apoio, principalmente das deputadas, estamos apresentando, deputada Fabíola Mansur, uma moção de aplauso ao prefeito de Ruy Barbosa, que tomou uma postura corajosa. Além de ir à frente dessa manifestação de repúdio à violência contra a mulher, ele também encaminhou um projeto de lei, que eu estou solicitando cópia para que tenhamos um conhecimento mais detalhado. Gostaria que os deputados desta Casa também orientassem seus apoiadores, seus prefeitos para que fizessem a mesma coisa.

Quero falar também, presidente, de outro assunto aqui. Hoje, a mídia nacional, a grande mídia monopolizada está dispensando 5, 10 minutos do seu tempo, das suas pautas para falar mal da Venezuela. Queria, aqui, fazer um questionamento: o que está por trás? Nós temos quantos países na América do Sul, na América Central? E por que agora tanto o louco dos Estados Unidos, como aqui no Brasil estão atacando a Venezuela, como se a Venezuela tivesse, lá, um monstro sendo construído e destruindo tudo? Sabemos que a manipulação, a deformação, a distorção da informação é uma prática na nossa grande mídia. Diz aqui uma coisa, amanhã não desdiz quando é comprovado o contrário.

Essa questão da Venezuela, para mim – não tenho a menor dúvida – o que eles

têm é medo do que o governo Chávez fez quando assumiu o poder na Venezuela, que foi.... Escute só! Que foi... (um deputado se manifesta fora do microfone) Eu sei que o senhor não gosta, o senhor é conservador, é direitista, mas a coragem que Hugo Chávez teve de defender e de nacionalizar sua petroleira foi muito importante para aquele país e para os países da América Latina. Nesse sentido, quero aqui prestar a minha solidariedade ao povo e ao governo venezuelano.

E fazer um convite a esta Casa: hoje, às 18:30, no Sindicato dos Bancários haverá a criação do Comitê Baiano pela Paz. É um órgão que defende a solidariedade dos países do mundo que lutam pela paz.

Acho que nem os Estados Unidos, nem a imprensa brasileira, nem muito menos o governo brasileiro, não têm moral nenhuma para fazer críticas à Venezuela pela sua coragem, a coragem de nacionalizar as suas empresas que eram exploradoras de petróleo. Nós sabemos o que está por trás disso: os Estados Unidos vivem de olho nos países que têm o petróleo ou que têm riqueza, como eles fazem com o Brasil.

Já terminei presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido o deputado Soldado Prisco, para fazer uso da palavra por 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, quero pedir a sua atenção, em especial aos deputados desta Casa, ao Plenário, à imprensa, porque tem ocorrido um fato gravíssimo aqui no governo do Estado da Bahia. Na semana retrasada, quando falei aqui que estamos vivendo numa eterna Grampolândia, não imaginei o absurdo que chegaria a fazer o atual secretário da Segurança Pública.

Temos aqui em mãos, Sr. Presidente, um procedimento investigatório criminal que está ocorrendo, através do Ministério Público, o Gaeco, que coloca que o secretário da Segurança Pública e o superintendente de Inteligência, Magno, grampearam desembargadores do Tribunal de Justiça, sem autorização nenhuma, um grampo totalmente ilegal. Eles não só grampearam, usaram equipamentos da Secretaria da Segurança Pública, passando esses equipamentos para um civil, para que esse civil fizesse o grampo telefônico dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Isso é um fato gravíssimo, Sr. Presidente. Fatos como esse, deputado Adolfo Viana, mostram que esse governo não tem cabimento. Se grampeou um órgão constituído, um poder independente como o Tribunal de Justiça, o que esses deputados nesta Casa, não estão sofrendo na mão do secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa?

Aqui, o próprio documento relata que o promotor, investigador do fato, foi afastado do Gaeco por causa desse fato. Esperava-se uma postura correta do secretário da Segurança Pública, qual seja, a de encaminhar a investigação para os órgãos, mas ele não o fez. Ele cedeu equipamentos de inteligência do governo do Estado para outra pessoa fazer essa investigação ao grampear os desembargadores e grampear o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, um órgão independente.

Vou solicitar, a esta Casa, a instalação de uma CPI para investigar essa verdadeira Grampolândia ocorrida na Bahia. Não é à toa que o secretário da Segurança Pública está no poder há 12 anos! Quando, aqui, eu denunciei que não há uma polícia de Estado e sim de governo, eu falei a verdade, porque o governo tem se utilizado deste instrumento para grampear quem ele quiser.

Quanto a mim, eu não tenho dúvida de que serei, eternamente, grampeado.

Mas a CPI vai investigar o porquê desse fato. E o secretário, também, deve explicação do porquê esse material ter sido cedido a um civil para ele grampear os desembargadores do Tribunal de Justiça. Por que essa prática foi feita e, até agora, não foi revelada?

Agora, há de se explicar por que houve a busca e a apreensão na residência do superintendente de Inteligência da Bahia, o Sr. Magno, com ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fez-se busca e apreensão na casa do superintendente, nobre deputado Hildécio Meireles!

Isso é um escândalo sem tamanho e sem precedentes na Bahia. O secretário da Segurança Pública, que deveria agir de acordo à lei, age à margem da lei: utiliza instrumentos para grampear as pessoas. Está aqui comprovado e documentado. A prova está com o Ministério Público do Estado da Bahia que foi o órgão que iniciou a investigação e passou para o órgão responsável, qual seja, o Ministério Público Federal que, atualmente, está investigando.

Espero que o secretário do governo do Estado venha a esta Casa para dar, ao povo baiano, a explicação sobre essa Grampolândia que está acontecendo na Bahia. Isso está comprovado. Na semana passada, nós fizemos a denúncia, agora, está, aqui, a prova de que esta investigação está ocorrendo, está em curso. Ocorreu, através do Ministério Público Federal, a busca e a apreensão na casa do superintendente que mora aqui em Alphaville, no dia 7 de julho.

Por que ocorreu? Por causa disto: grampo telefônico ilegal, com escuta de vídeo e áudio também, não é só do grampo telefônico. Utilizando os equipamentos da própria Secretaria da Segurança Pública.

Vou solicitar, não só ao presidente desta Casa, como ao Líder da Oposição, que seja instalada uma CPI para apurar essa verdadeira aberração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido o deputado Hildécio Meireles, para fazer o uso da palavra, por 5 minutos, ainda no horário do Pequeno Expediente.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras aqui presente, me parece que os nobres deputados presentes neste Plenário não devem ter prestado atenção ao que foi pronunciado pelo deputado Soldado Prisco. Talvez, seja esta a atuação mais grave cometida por este

governo do PT na Bahia: o exercício do grampo não autorizado. Parece-me, meu nobre deputado Soldado Prisco, que este é um assunto que merece a atenção especial de todos os membros desta Casa, sejam deputados do governo ou deputados da Oposição.

Não é possível que nós, que somos representantes no sentido mais amplo do sistema democrático da vontade da Maioria, iremos permitir atitudes como essa por parte de um verdadeiro governo tirano e que tais atitudes continuem a acontecer na Bahia por este governo que se diz democrático e republicano.

Meu caro presidente, tinha, de forma muito clara, duas características deste governo: a mentira e a desobediência à lei. No entanto, houve atitudes como essas de grampear pessoas sem nenhuma autorização da Justiça e, pior, houve a atitude de autorizar qualquer pessoa a grampear e a fazer gravações de membros de um outro poder, qual seja, o Poder Judiciário.

Está-se a falar de grampear desembargadores. Não está aqui se falando de grampear marginais nem qualquer pessoa que, por isso ou por aquilo, represente uma ameaça à parte da sociedade. Está-se falando de grampear membros de um outro poder instituído, de um outro poder importante no sistema democrático, que é o Poder Judiciário.

Eu quero ver se esta Casa, melhor, se os membros desta Casa farão alguma coisa a respeito. Faço um apelo ao deputado Soldado Prisco para, de fato, ele solicite a instalação de uma CPI. Eu custo a acreditar que o secretário da Segurança Pública tenha mandado fazer esses grampos. Eu custo a acreditar que o governador do Estado tenha participado dessa atitude de mandar grampear desembargadores do Tribunal de Justiça.

Presidente, eu queria lembrar aqui que, aliado a esse ato de tirania, nós temos visto esse governo praticar, em seu dia a dia, a mentira.

Aqui, na semana passada, meu caro deputado Zé Raimundo, se falou do pagamento das emendas individuais. De fato, o governo tem pago as emendas individuais. E é bom que fique claro que as emendas individuais e as emendas dos deputados são recursos alocados para beneficiar cidades do interior ou, até, comunidades da capital.

E o governo do Estado só paga as emendas aos deputados de sua base!

E, por sinal, meu caro deputado Marcelino Galo, não tenho visto mais os deputados do PT subirem a esta tribuna para criticar o governo federal. Parece-me que a liberação de recursos foi geral. Acho, até, que essa liberação de recursos já era algo programado certamente para os deputados do PT da Bahia na Câmara Federal, apenas, dessem quórum para a votação do processo que iria permitir a investigação do presidente Temer. Portanto, estou achando que já era tudo combinado.

(O Sr. Zé Neto manifesta-se fora do microfone.)

E, aí, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é Líder do Governo, chega ao Plenário e vê um deputado da Oposição na tribuna a se manifestar. E V.Ex^a chega fazendo zoada, tentando conturbar o pronunciamento do orador. V.Ex^a deveria ficar calado,

porque o governo golpista liberou os recursos que vocês queriam, porque o governo golpista...

Prestem atenção!

O governo golpista trata o governo da Bahia com mais carinho do que tratava a ex-presidente, a atual presidente caçada Dilma Rousseff. E, olhem, não me canso de repetir: sou deputado do PMDB, mas estava torcendo e, ainda, torço pela queda do presidente golpista.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido a fazer uso da palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero dizer, deputado Hildécio, deputado Prisco, que me encontro estarrecido diante de uma denúncia tão grave colocada aqui pelo deputado Prisco. Nós estamos diante de um crime de prevaricação, diante de um crime onde é dado a uma pessoa civil, um equipamento de segurança para grampear terceiros.

Vejam, a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e o governo do Estado da Bahia deveriam zelar por esse equipamento, no entanto, esse equipamento é colocado nas mãos de um civil e, ainda por cima, para grampear membros do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Senhoras e senhores, eu fico a pensar o que este governo não é capaz de fazer. Vejam, se o governo não tem o mínimo respeito por um tribunal, que é um poder independente, de grampear um dos seus membros, imagine, deputado Prisco, o que este governo é capaz de fazer com um de nós, aqui, nesta Casa.

Ora, nós estamos diante de uma denúncia gravíssima. Esta Casa não pode, de maneira alguma, deixar de investigar este fato. Eu acho que todos os deputados, independente de sua bandeira, independente de seu partido deveriam se solidarizar, Prisco, com essa CPI para nós investigarmos os fatos.

Vejam, este foi um fato tão grave que foi autorizado adentrar à casa de uma juíza federal para pegar esses equipamentos.

Ora, temos de nos aprofundar diante dessa denúncia, deputado Zé Neto, para investigarmos se isso, também, não está acontecendo, deputado Marcell Moraes, nos outros poderes. Imaginem V.Ex^{as} a audácia que tem esse povo!

Ora, deputado Prisco, ficam, aqui, a minha indignação, o meu respeito e a minha solidariedade ao Tribunal de Justiça, porque os seus membros tiveram invadida a sua privacidade. Por isso, nós temos de cobrar desta Casa uma posição enérgica e uma posição dura para investigarmos isso.

Por enquanto, Sr. Presidente, é o que tenho a dizer. Voltarei a falar no tempo do meu partido.

Um abraço!

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido o deputado José de Arimateia para fazer uso da palavra.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *TV Assembleia* venho a esta tribuna, primeiro, para fazer alguns esclarecimentos a respeito de uma reunião que tivemos na semana passada com o nosso presidente, o deputado Angelo Coronel. Essa reunião aconteceu na Sala das Comissões desta Casa e foi realizada a pedido dos familiares que estão preocupados com o fechamento dos hospitais psiquiátricos no Estado da Bahia.

Não foi uma audiência pública, repito, não foi, até porque, Sr. Presidente, no momento em que estava tendo a sessão aqui, nós estávamos reunidos. Falei na tribuna que aconteceria esta reunião com o presidente da Casa, como eram mais de 50 pessoas, não dava para comportar elas na sala da Presidência. Então, foi melhor a reunião ter ocorrido na Sala das Comissões.

Inclusive, convidei vários senhores deputados presentes aqui no Plenário. Esteve presente a deputada Mirela que, também, está acompanhando o processo dos hospitais psiquiátricos. O deputado Sidelvan Nóbrega, convidei o deputado Adolfo Viana, convidei o deputado Fábio Souto, convidei o deputado Prisco, convidei o deputado Antônio Henrique. Convidei todos os senhores deputados que estavam naquele momento.

Então, em nenhum momento, fizemos uma audiência pública.

E outra: quando estávamos terminamos essa reunião, que foi muito esclarecedora, com depoimentos dos familiares, que estão superpreocupados, porque existe uma comissão formada pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, que não tem nenhum representante do poder estadual, melhor, nem mesmo um deputado estadual.

Inclusive, teve uma audiência pública solicitada pela deputada Fabíola Mansur. Eu participei dessa audiência pública solicitada pela deputada Fabíola Mansur – da qual eu participei – onde foi colocada a discussão sobre a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos na Bahia, e onde foi sugerido que fosse colocado um deputado representando a Comissão de Saúde, e um deputado da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde na comissão da Secretaria de Saúde, o que não foi acatado pelo secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas.

Diante disso, Sr. Presidente, tivemos uma reunião com as voluntárias sociais, inclusive a deputada Mirela esteve presente. Depois, os familiares sugeriram e queriam, por tudo, falar com o presidente desta Casa, que é o nosso presidente deputado Angelo Coronel. Foi feita essa reunião. O deputado Rosenberg Pinto chegou ao final da reunião, nesse dia, e disse que essa discussão já estava acontecendo dentro do seu partido, e esperava a sensibilidade do governo do Estado para mudar.

Não existe, Sr. Presidente, condição de os hospitais psiquiátricos da Bahia fecharem, não tem nenhuma condição. Os Caps que tem cada município não estão dando conta, não têm médicos psiquiátricos. Os Caps são os primeiros socorros.

Os hospitais como o Juliano Moreira, como o Hospital Lopes Rodrigues, de Feira de Santana e o de Vitória da Conquista, eles, sim, têm especialistas, mesmo funcionando de forma precária, eles têm condições de dar suporte.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de fazer um apelo ao Líder do governo, deputado José Neto. V.Ex^a anda espalhando por aí que o governo do Estado está pagando as emendas. Só se for para os deputados da Base do governo, porque os deputados da Oposição estão a pão e água de emendas, que é um direito constitucional.

Para concluir. Gostaria de solidarizar-me com o deputado Soldado Prisco, por essa grave denúncia com respeito ao secretário de Segurança Pública. Tem que ser apurada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Deputado Adolfo Viana, para fazer uso da palavra por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia* e das nossas Galerias, hoje, pela manhã, eu tive uma audiência com o superintendente do Ibama no Estado da Bahia, pedindo a ele uma atenção especial para o Vale do São Francisco.

Na semana passada, o Ibama fez uma operação multando diversos produtores e até embargando algumas fazendas do Vale do São Francisco.

É uma preocupação grande, porque a economia daquela região depende das produções que vêm das fazendas. E, hoje, estão todos com a mão na cabeça, preocupados, porque os valores das multas são altíssimos.

Precisamos fazer aqui uma comissão de parlamentares para justamente tentarmos sensibilizar o Ibama e vermos de que maneira encontraremos uma solução para este problema, que é da mais alta gravidade. Os produtores não podem parar no meio da produção, no meio da safra, porque, naturalmente, as suas produções irão cair bastante, gerando uma série de problemas para a região, desemprego, uma queda na receita.

Vejo aqui diversos deputados que são votados naquela região, e convido a todos para fazermos uma comissão de parlamentares, para buscarmos um entendimento com o Ibama, e resolvermos o mais rápido possível essa grave situação.

Na segunda parte do meu pronunciamento, preciso tratar de dois assuntos gravíssimos. Um deles é com relação às emendas impositivas que o governo do Estado da Bahia insiste em não pagar, emendas essas que serão para o benefício direto da população do interior, que mais precisa. Ninguém pode pensar que essas

emendas são benefícios diretos para parlamentares. Não, não são. Essas emendas são de indicação dos parlamentares, mas para a execução direta em benefício da população baiana.

Governador, cumpra a sua obrigação, cumpra a lei e pague as emendas impositivas. Aliás, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Angelo Coronel, se comprometeu em resolver essa situação até o mês de julho, mas, infelizmente, até hoje nós não temos uma solução. Imagino eu que o governador não esteja cumprindo aquilo que se comprometeu com o presidente Angelo Coronel. E nós temos de tomar uma providência, ou então ficaremos todos desmoralizados, desmoralizando inclusive este Poder Legislativo.

Com relação às graves denúncias que o deputado Soldado Prisco traz, se isso que o deputado Prisco afirma desta tribuna for verdade, esta Casa tem de tomar uma postura enérgica contra isso que está acontecendo. Se, realmente, aconteceram grampos contra desembargadores de maneira irregular, nós precisamos apurar. Este é o Poder que tem de tomar as medidas cabíveis. Não estou aqui fazendo nenhum tipo de pré-julgamento, mas se isso de fato aconteceu, é um crime, e esta Casa Legislativa tem de tomar as medidas cabíveis.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, coloquem a mão na consciência e vejam que tipo de Parlamento V.Ex^{as} desejam: um Parlamento forte ou um Parlamento agachado, sem força e desmoralizado.

Finalizo dizendo aos colegas deputados, vamos cobrar nossas emendas impositivas para o benefício direto da população, e vamos fazer com que essas denúncias sejam apuradas, para sabermos se houve excesso por parte do secretário e da Secretaria de Segurança Pública ou se realmente não houve.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Alan Sanches, para fazer uso da palavra por 5 minutos.

Informamos a visita dos estudantes do Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, do bairro de Nazaré, aqui, da nossa capital. (Palmas)

O Sr. ALAN SANCHES:- Queria dar as boas-vindas a todos os estudantes. Aqui é a casa de vocês também, tenham certeza de que um de vocês pode estar aqui em breve nesta casa. Queria saudar a todos os presentes, também o presidente Luciano Simões Filho.

Ontem fui surpreendido, aqui, pela reportagem apresentada com alguns deputados e tive a surpresa quando vi o Líder do Governo, deputado Zé Neto, informando que as emendas impositivas estavam sendo pagas e tinham sido pagas. Eu comecei a questionar se tinha alguém aqui que estava tomando algum alucinógeno, porque, aqui, nesta Casa, por diversas vezes, os deputados da Oposição têm cobrado o cumprimento da lei por parte do governador Rui Costa.

A partir do momento que foi celebrado um acordo entre o presidente da

Assembleia Legislativa, em junho, para o fechamento da pauta, o Sr. Governador, empenhou a sua palavra que iria pagar essas emendas impositivas até 31 de julho. Se o próprio deputado Angelo Coronel, presidente desta Casa, há uma semana informou que o secretário de Relações Institucionais não tinha feito ainda o levantamento para informar como pagaria essas emendas, eu me pergunto quem está mentindo. Tenho certeza que não é o presidente da Casa, nem o secretário de relações institucionais.

O deputado Zé Neto sabe do apreço e da consideração que eu tenho por ele, mas acho que a gente não pode jogar para a plateia. As emendas impositivas não são do deputado a, b ou c. Esse recurso, esse orçamento, está carimbado para as indicações dos municípios. Por exemplo, de uma forma bem didática, para que todos possam acompanhar, são R\$ 1 milhão e 300 mil são rateados, se não me falha a memória: R\$ 600 mil para a saúde; R\$ 300 mil para a educação; e o restante podendo ser colocado na parte cultural, na própria saúde, na própria educação e na infraestrutura.

Os 417 municípios, quando recebem as indicações das emendas, sabem: “Poxa, eu vou receber uma ambulância do governo do Estado; eu vou receber R\$ 100 mil para restaurar as escolas; eu vou receber um equipamento de raio X para o município, pago pelo Estado”. E o que é que acontece? Por birra, de forma mesquinha, perseguidora, o Sr. Governador Rui Costa não atende aos municípios. Principalmente se o município for filiado a um partido contrário ao dele, ao que ele representa, esse município irá para o final da fila, vai terminar o mandato sem receber nada. Depois ele vem questionar se é perseguidor. A democracia, para o Governo do PT, ficou lá atrás, ficou lá atrás!

O que nós ouvimos como declaração, quando o próximo governador – tenho certeza que o próximo governador será, em 2018, o ACM Neto – se coloca questionando a segurança do nosso Estado, questionando que a Bahia, o cidadão baiano, não aguenta mais de sofrimento, de sensação de insegurança? Qual é a resposta do Sr. Rui Costa? Ele retira os policiais da Câmara Municipal de Salvador, retira, também, os policiais da Prefeitura Municipal, que dão a segurança para a instituição, dão a segurança para o patrimônio público, mas, de uma forma mesquinha, e para perseguir, o governador Rui Costa determinou a retirada deles. Mas nem por isso, eu tenho certeza, ACM Neto – que será, sim, o futuro governador do Estado da Bahia – vai se calar, como não tem se calado e tem se colocado muito bem, porque esse, sim, sabe fazer e foi aprovado por mais de 74% dos eleitores na eleição passada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente Luciano Simões, que ora ocupa essa Mesa, meus nobres deputados, deputadas, aqueles que nos veem pela *TV Assembleia*, meus caros estudantes, é um prazer tê-los aqui, obrigado pela visita, hoje

eu queria tratar de uma questão que envolve todo o nosso Estado e também o interesse de todos nós deputados.

Ao longo da nossa história, temos uma participação muito importante da imprensa e, principalmente, dos pequenos jornais do interior. Então toda cidade ou tinha ou alguns poucos ainda resistem, não somente pela reestruturação tecnológica, as informações que ocorreram com muita velocidade com as tecnologias utilizadas como também em todos os meios de informação.

Então, esses jornais que ainda resistem – e aí, eu queria saudar e falar aqui sobre um projeto da Associação Brasileira de Imprensa, com o Sebrae e também com o apoio da Unesco, que vem no sentido de apoiar, não somente a reestruturação gráfica editorial, dar apoio do ponto de vista tecnológico, bem como da gestão desses pequenos jornais.

Então, isso é muito importante pela participação na história próximo às pessoas que vivem naquela cidade, que nem sempre ou quase sempre nunca se veem na imprensa global, que não narra a história do homem ali, a sua vida, os fatos importantes da história que ali ele participa. Então a população gosta de se ver nos meios de comunicação.

Então esse projeto vem para preservar, resgatar aqueles veículos, aportando apoio material, apoio tecnológico e, sobretudo, o Sebrae vai entrar com a parte da gestão.

A Associação Brasileira de Imprensa designou e escolheu um competente jornalista, o Fábio, - inclusive, ele está aqui acompanhando –, que será o responsável pela condução desse projeto. E nesse projeto ainda podem ser incluídos vários veículos.

Sei que aqui há deputados ou que têm esses veículos ou que os apoiam ou que sentem a necessidade e a importância que isso tem para uma informação mais próxima da vida dessas pessoas. Então, precisamos apoiar, e a Assembleia Legislativa está apoiando esse projeto, nós estamos apoiando e, com certeza, vamos contar com o grande apoio da população deste Estado.

Hoje, a concentração exagerada, nunca vista nos meios de comunicação, que, na verdade, a gente diria que não são meios de comunicação, fazem parte do complexo empresarial midiático financeiro que domina, e é uma dominação de classes, porque são instrumentos da burguesia para, de fato, fazer o controle da informação, o controle ideológico da nossa população.

Então a direita conservadora - a extrema Direita - se organiza porque seus partidos faliram. Eles são incapazes hoje de ganhar eleições neste País, e ali está a concentração da mídia com apenas seis famílias. Entre elas uma das mais ricas do Brasil e que enriqueceu graças a não pagar impostos, ao apoio da ditadura militar e ao apoio continuado das oligarquias que dominam o povo brasileiro e lhe negam acesso à informação, à formação educacional e, sobretudo, à educação para a coisa pública.

Então, o povo brasileiro precisa ser apoiado, ter informação de qualidade e uma mídia democratizada. Por isso, vemos com muito orgulho e muita satisfação o empenho que tem a Associação Brasileira de Imprensa junto com a Unesco para

implantar um projeto como esse do nosso Estado.

Portanto, essa aqui é uma iniciativa que merece apoio. Queria desta tribuna dar uma informação aos deputados e àqueles que tiverem vontade de se manifestar e quiserem apoiar: podem nos procurar para que possamos juntos somar energias numa iniciativa tão importante para a democracia e a formação civilizatória do nosso povo. Então, um viva a essa iniciativa!

Também hoje queria registrar que dei entrada nesta Casa ao projeto que institui o 18 de agosto como dia de celebração e de manutenção em defesa da autonomia universitária neste País, pois foi justamente nessa data que a autonomia universitária, a qual está garantida dentro da nossa Constituição, foi agredida de forma mais violenta com a decisão dum juiz de interferir na autonomia de um Conselho Universitário, o da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Tive a oportunidade de me formar na velha Escola de Agronomia, onde entrei na década de 70 e em 1976 me formei agrônomo. Como presidente do PT, voltei ali, aí junto com o presidente Lula, e ele fez o lançamento da pedra fundamental para instituir a UFRB, que hoje tem mais de 10 mil estudantes. E vejam um dado dos mais belos que pudemos constatar: ali 25% dos estudantes - os seus pais, as suas famílias, ninguém - nunca tinham tido acesso à universidade. Naquela instituição eles eram os primeiros a ter acesso ao Ensino Superior. Ela tem nos seus quadros 83% de negros, e 82% dos estudantes têm a sua renda mensal só até R\$ 400,00!

Essa é uma obra necessária, fundamental! E ela é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou com Dilma 18 universidades públicas federais neste País, o que Fernando Henrique Cardoso não fez! Sabem quantas universidade ele instituiu no Brasil? Zero! E ainda fez um decreto proibindo o ensino técnico, e foram mais de 300 cursos técnicos! A Bahia havia 200 anos com uma única universidade, e a primeira universidade federal instituída neste País foi justamente para dar um Título de *Doutor Honoris Causa* a uma rainha. Aí, vem um presidente e democratiza! A UFRB não merecia ser agredida, desrespeitada daquele jeito, porque é uma universidade síntese da inclusão, é a cara do Recôncavo!

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Maria del Carmen:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo um aparte ao deputado Joseildo Ramos, que pediu primeiro, meu Líder de Bancada. Vou permitir que ele faça a sua intervenção. E logo depois a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Joseildo Ramos:- Nobre deputado Marcelino Galo, V.Ex^a está tocando em assuntos que têm uma importância muito grande. Fomos contemporâneos na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, onde nos formamos juntos. Naquela época, boa parte de nossos colegas estudantes eram filhos de cacauicultores, de pecuaristas, filhos de uma elite rural que ali estava presente pela manutenção do *status quo*. Certamente nós fazíamos parte de uma minoria cuja origem simples mantinha, sem sombra de dúvida, essa estatística.

Hoje, como V.Ex^a bem assevera, os estudantes mais pobres são maioria. As universidades, depois de Lula e Dilma, abrem as portas para os desafortunados que

não tinham como chegar à Universidade Federal da Bahia, prima-dona, única! Após 60 longos anos, a segunda foi a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tive a honra, na condição de prefeito, de estar junto com vários colegas encabeçando uma luta gloriosa pela sua implantação, que está mudando definitivamente o padrão de vida de toda uma região. E uma universidade não é só produção de conhecimento. A universidade, quando chega a uma cidade do interior, traz junto a perspectiva de desenvolvimento econômico-social, produtivo por tudo o que representa.

E nada mais justo do que oferecer a Lula o Título de *Doutor Honoris Causa* por conta daqueles alunos tão necessitados que terão o seu diploma num momento histórico impensado, quando a gente olha para trás e vê um passado recente que nos persegue, que negava à maioria do povo o acesso à universidade. Lula também passou pela Unilab, onde tem estudantes, principalmente africanos, nos países de língua portuguesa demonstrando o apreço do nosso ex-presidente pelas relações Sul-Sul.

Portanto, a sua fala na minha opinião merece, pela grandeza do que você diz, um destaque. Então, quero render minhas homenagens, meu colega de faculdade.

O Sr. MARCELINO GALO:- Incorporo o aparte do deputado Joseildo Ramos.

Com o aparte a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Marcelino Galo, V.Ex^a dessa tribuna faz um belíssimo pronunciamento sobre o que ocorreu na última sexta-feira na região de Cruz das Almas. A emoção sentida por tantos jovens, meninos e meninas naquela praça onde se realizava o Festival da Juventude e, anteriormente, no espaço fora da universidade que se transformou num momento em defesa da autonomia universitária, como bem disse V.Ex^a, encheu de emoção todos nós que lá estávamos. Olhar aqueles rostos dos jovens, a alegria com que aplaudiam o nosso ex-presidente Lula, essa figura carismática, essa figura que, de fato, transformou a realidade do ensino universitário no Brasil. E, de forma muito especial, aquela região, como dizia o deputado Joseildo Ramos, pois o Recôncavo da Bahia hoje é hoje uma outra realidade após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo. V.Ex^a teve o privilégio de estudar na Escola de Agronomia e sabe muito bem a diferença entre o que era e o que é hoje.

Como dizia o presidente Lula, ele não precisa do título de *Doutor Honoris Causa*, que deveria ter sido entregue a ele, mas, por mesquinharia, deixou de ser, porque ele já recebeu o título de *doutor honoris causa* nos diplomas, como ele mesmo afirmou, de tantos e tantos jovens que têm sido diplomados por tantas outras universidades, mas principalmente daqueles jovens que estão se graduando naquela universidade.

Portanto V.Ex^a traz esse tema para o debate hoje e, por isso, eu quero parabenizá-lo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Muito obrigado, deputada Maria del Carmen, pelo seu aparte que incorporo ao meu pronunciamento.

Eu perguntaria aos nobres colegas: qual o brasileiro que teria a legitimidade, o

direito de negar esse título ao governante que mais fez universidades federais públicas neste País? Essa negação da elite brasileira é porque ela não suporta, não é descida, mas é a ascensão das classes populares. E educação é um dos instrumentos fundamentais para dar acesso à mobilidade para cima, para qualidade de vida, para a renda, para formar não só técnicos, mas também intelectuais orgânicos, que tenha a capacidade de pensar este país.

Então, por que um homem que não teve acesso à universidade, com apenas o quarto ano primário, torna-se o governante que mais fez universidades públicas neste país. Isso é uma vergonha para essa elite, elite perversa, elite que nega, a maioria.

E agora o deputado Hildécio citou o meu nome e ele falava ali que não a gente não falava mais mal do atual usurpador, interventor. Ninguém precisa mais falar, esse sujeito está relegado ao lixo da história. Inclusive hoje a UFRB teve o seu orçamento que regrediu a 2014. O que significa isso? A maturação das medidas da PEC que congelou os orçamentos públicos. Agora estão sentindo na pele o que é que significa aquelas medidas que retiram dinheiro da educação, que retira dinheiro da saúde, que retira dinheiro da assistência social para repassar àqueles que vivem de renda neste País, para garantir as condições daqueles que bancaram o golpe, não só para retirar a presidente da República, mas também para garantir a superexploração do trabalho, transferindo a conta da crise do capitalismo para os mais pobres, para os trabalhadores. Não bastassem as reformas trabalhistas, agora querem acabar com a Previdência, porque o pobre não vai ter mais acesso à Previdência.

Então, o nome desse usurpador não representa nada. O mundo passa por transformações fundamentais. Nós não temos nem noção de exatamente onde vamos chegar, porque a era da economia industrial já se foi. Hoje se estabelece uma economia digital. Hoje o aluno que entra na sala de aula aprende de forma horizontal: o professor vai aprender mais com ele do que ele aprender com o próprio professor, porque o aluno tem acesso digital, ele tem como manipular os instrumentos da tecnologia. Na economia digital, temos hoje empresas que se estabeleceram, que não contrataram um trabalhador, que não compraram um carro e se transformaram na maior empresa de táxi do mundo.

Então é o fim de uma era. E nós temos que zelar, garantir a condição para que o nosso povo tenha acesso a uma escola universal de qualidade, tenha acesso ao ensino técnico, se assim ele quiser, e tenha acesso a uma universidade para todos, tenha acesso aos cursos de mestrado, tenha acesso ao ensino de pós-graduação e doutorado que foram retirados, também, pelo sujeito. Porque nós tínhamos 100 mil estudantes no programa Ciência Sem Fronteiras, estudando nas melhores universidades de Londres, dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina. E esses estudantes foram tolhidos, foram, praticamente, com violência, retirados, porque foram sugados os seus recursos. Recursos que o estado, golpeado a serviço do sistema financeiro internacional, a serviço de uma burguesia brasileira associada, incapaz de construir um projeto de nação para este País...

Então essa será a nossa tarefa, a tarefa das forças democráticas: retomar a democracia nesse País, para que retomemos, resistindo nesse momento, mas avançando, elaborando um projeto de nação, um projeto que inclua todo o seu povo

de forma generosa, porque nós sabemos, também, que o objetivo do golpe é levar nossos recursos naturais. E agora estão destruindo um dos maiores patrimônios do povo brasileiro que é a Petrobras. E eles não vão parar por aí: querem a Eletrobras, querem rever o Código de Mineração, querem tomar tudo.

Que povo somos nós? Que papel nos reserva a história? Ser apenas um fazendão – retroagindo ao trabalho escravo, como querem – ou apenas exportador de água e recursos naturais? Temos que ser uma nação. Essa é a nossa vocação. E para construir uma nação temos que ter projetos e lideranças. E eles odeiam o presidente Lula não por causa de corrupção. É porque o presidente Lula provou que o pobre dá certo. Bote o pobre, bote o filho do rico na universidade que todos vão aprender de forma igual. Quem sabe um será mais inteligente do que o outro?

Então, é essa a liderança que tem que ser destruída, que tem que ser exaurida em todas as suas qualidades, para destruir um projeto e mostrar para a sociedade que pobre não dá certo, que pobre não serve para nada.

Esse é o projeto de dominação, de uma oligarquia reacionária, perversa. Nós temos que resistir, temos que ter essa responsabilidade no processo de reconstrução de um país que está sendo destruído.

Então, viva a democracia neste País.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do PSL. (Pausa)

Não temos? Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos a deputada Fabíola Mansur, e por 3 minutos a deputada Ivana Bastos.

Antes, porém, também quero fazer um registro importante. Aqui nas nossas Galerias encontram-se o prefeito de Adustina e seu assessor, nosso companheiro Adailton. Obrigada pela presença de vocês aqui, hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, prefeito.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 10 minutos.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, já lhe saudando, saúdo a todos os colegas, deputados e deputadas desta Casa, membros da galeria, prefeito.

O que me traz a esta tribuna, hoje, são duas notícias boas e uma notícia ruim, deputada Mirela. Vamos começar com as notícias boas: ocorreu, ontem, no Tribunal de Contas, deputado Alex da Piatã, o seminário nacional, promovido pelos tribunais

de contas do Estado e dos Municípios, para fiscalização do Plano Estadual de Educação, quando o deputado Angelo Coronel presidiu os trabalhos de abertura, e nós tivemos o prazer de, a convite da conselheira Carolina, representar a Assembleia Legislativa para falar dos trabalhos na implantação do Plano.

Lá pudemos, também, aprender muito com todos os expoentes nacionais e grandes lutadores pela implantação da educação de qualidade. E reafirmamos o nosso compromisso de garantir as suas 20 metas e as 241 estratégias que querem uma educação pública de qualidade, mais investimentos para a educação e uma educação que contemple a justiça social, que contemple o combate a todas as formas de discriminação e que também promova a igualdade.

Compromisso esse reafirmado, deputada Maria del Carmen, deputada Ivana, deputada Fátima e deputada Mirela, nas várias audiências que aqui fizemos sobre educação inclusiva, sobre o ensino superior e as propostas que virão para a educação infantil. Como meta básica prioritária estabelecemos a educação infantil como uma meta a ser perseguida. Para os que nos ouvem pelo canal *TV Assembleia* entenderem, é uma meta que, em geral, é de responsabilidade de municípios. A educação infantil compreende as creches, que é a educação de crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 5 anos. Temos *déficit* nessa área e o governo Rui Costa tem tentado articular, junto aos municípios, através de programas como o Mais Infância, a capacitação de professores e o aumento de oferta de vagas.

Ficamos muito tristes quando vimos, ontem, apresentada por uma representante do Ministério da Educação, Salvador com uma meta de apenas 34% de suas crianças de 0 a 3 anos com oferta de creche. Ora, isso, na verdade, deputadas, causa o desemprego forçado de mais de 100 mil mulheres, porque as mães dessas crianças, em não tendo onde deixar seus filhos, não podem se incluir, não podem ter sua autonomia. Fora isso, estamos comprometendo o aprendizado dessas crianças, porque sabemos – vários trabalhos em saúde mostram – que a criança quanto mais precocemente tem acesso à escola, melhores serão as suas chances no futuro.

Quando uma capital... e logicamente esse é um problema que o Brasil enfrenta. Mas o compromisso daquele que tem a educação como prioridade em seu município, certamente deveria ter resolvido isso. Nós não temos nossas crianças matriculadas nas creches, e isso é um desastre.

Então, queria aqui reafirmar que estaremos fazendo uma audiência sobre educação infantil, já fizemos tantas outras para garantir o nosso compromisso, e o compromisso desta Assembleia, de monitorar a implantação do plano estadual. Sabemos do compromisso do governador Rui Costa, vários foram os concursos para professores, 3.400 vagas, o Partiu Estágio, o programa Primeiro Emprego. Enfim, são vários programas onde há compromisso com o plano, mas esta Assembleia estará vigilante.

Amanhã esta Casa estará recebendo a IV Semana de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental. Quero saudar a querida Rívia, dizer que essa atividade tem o apoio dos mandatos do deputado Zé Neto, do meu e do mandato do deputado Marcelino Galo. Iremos discutir os desafios, a responsabilidade, as especificidades da vigilância

no mundo contemporâneo, onde nós temos o cuidado com a água, e, se os alimentos têm agrotóxicos e até maquiagem, deputado Luciano, é fundamental a presença da vigilância como ferramenta de promoção da saúde, pois é ela que controla desde o saneamento básico, a própria água, a comida até as substâncias que são transportadas. Essa vigilância sanitária e ambiental é executada através da Sesab.

Amanhã estaremos discutindo com a sociedade civil, com a universidade, com a Sesab, com uma série de organismos, com a Fieb o papel da Vigilância.

Por isso mesmo, nós colocamos aqui uma indicação ao governador, cientes do papel da Vigilância, para aprovar e mandar para esta Casa o Plano de Carreira do Fiscal Estadual de Vigilância Estadual e Ambiental; e do Técnico de Vigilância Sanitária e Ambiental, reestruturando esse Grupo Ocupacional, dada a importância desta carreira, dada a importância da própria Vigilância no cumprimento precípua de suas missões. A Vigilância precisa ampliar o seu quadro de fiscais e técnicos para salvaguardar e poder melhor promover a saúde. Essas eram as duas boas notícias.

Mas, hoje, chegou ao meu conhecimento notícias, deputada Mirela, de Cachoeira, nada alvissareiras. A Câmara de Vereadores do Município de Cachoeira aprovou a instalação de uma Comissão de Inquérito para apurar o recebimento de R\$ 10 mil em espécie pelo secretário municipal de Saúde. Foi assinado um recibo para pagamento de motorista, que é e está no contrato da Santa Casa.

Vejam os senhores, a Santa Casa de Misericórdia, que no mandato do então prefeito Carlos tinha um convênio de R\$ 40 mil para prestar serviços de saúde, na mudança de prefeitura, foi ameaçada e perdeu esse convênio, deputada Ivana. E, supostamente, foi obrigada a assinar um contrato de prestação de serviço de saúde de R\$ 30 mil por mês, contrato que é insuficiente, mas a Santa Casa conta com a contrapartida do Estado, e nesse contrato, a Santa Casa se obrigava a ceder nove motoristas de ambulância. Em vez de prestar serviço à saúde da população, ainda por cima tinha que ceder nove motoristas de ambulância. Não fosse estranho esse fato, o secretário da Saúde recebia em sua casa, e em dinheiro, assinando um recibo, R\$ 10 mil, desses R\$ 30 mil destinados à Saúde.

Ora, quero aqui dizer que nós temos obrigação com a probidade, com a transparência, com a moralidade pública. Primeiro, é estranho o próprio convênio da Santa Casa incluir a cessão de motoristas, mas, mais do que isso, nós temos que averiguar. Eu trouxe esse assunto para a Comissão de Saúde acompanhar os trabalhos da Comissão de Inquérito para averiguar como é possível, num município que tem uma série de dificuldades na área de saúde, que o secretário municipal receba, em nome de quem quer que seja, individualmente R\$ 10 mil de um parco contrato de R\$ 30 mil reais, e em espécie.

Realmente, é de causar espanto que a falta mínima de moralidade e decência faça com que o secretário receba ele mesmo o dinheiro.

Claro que não podemos vir a esta tribuna e falar qualquer coisa que seja de forma leviana. Está comigo o recibo em que ele assina que recebeu R\$ 10 mil, dizendo que é um convênio celebrado entre a Santa Casa e a Prefeitura Municipal de Cachoeira. Se já não fosse estranho o convênio já incluir motorista, ele receber!

Realmente, gostaria de que o secretário pudesse se explicar.

E quero saudar a iniciativa de uma Comissão de Inquérito para a apuração imediata dessas graves denúncias. E é o que, aqui, ratificamos.

Vamos investigar. Esta Casa tem o dever de fiscalizar não só o Estado, mas acompanhar também as ações ou ilícitos que possam estar tirando dinheiro da saúde, da educação, prejudicando o povo baiano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputada.

Concluindo o tempo do Bloco, falará a deputada Ivana Bastos, pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, meu caro Presidente, eu venho a esta tribuna hoje com muito pesar.

Gostaria de fazer inserir na ata dos trabalhos de hoje o registro de pesar pelo falecimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória, e atual vereador daquela Casa, Domingos Manoel Cardoso, também conhecido como “Domingão”, ocorrido hoje, 22 de agosto de 2017.

“Domingão” tinha 60 anos, era natural de Santa Maria da Vitória, onde nasceu em 26 de maio de 1957, casado, estava exercendo o seu sétimo mandato como vereador do município, e era filiado ao nosso partido, o PSD.

Por todos os lugares e instituições aos quais prestou o seu labor o fez com a marca da conduta reta e ilibada, fiel cumpridor de suas obrigações.”

“Domingão” foi companheiro, “Domingão”, naquele município, deixou história, deixou seu nome. E, aqui, com muita tristeza, registro seu falecimento. Deixa saudade e um vazio muito grande na política de Santa Maria da Vitória e na política da Bahia.

Quero, também, registrar que no domingo participamos da 21^a Cavalcada de Tauape. Tauape é um distrito de Licínio de Almeida. Quero deixar os cumprimentos e as saudações para a equipe organizadora; para o presidente da Câmara, vereador André; para o vereador Marcos Correia, que é de Tauape; para o prefeito, Dr. Fred; e todos os amigos daquela cidade que fizeram uma brilhante festa.

Fica, aqui, a nossa saudade por “Domingão” e o nosso pesar. Que fique registrado para toda a família.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputada.

Com a palavra o Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, falará, por 5 minutos e meio, o deputado Augusto Castro; e eu falarei pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Luciano Simões, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna, primeiro, para tratar de um assunto que é pauta em toda a Bahia e, inclusive, discussão nesta Casa, que é, exatamente, as estradas do nosso Estado.

E aqui com muita tranquilidade coloco esse tema, até porque vários parlamentares desta Casa, do Governo e da Oposição, principalmente os deputados da Oposição, têm feito constantemente cobranças ao Sr. Governador e ao secretário de Infraestrutura da Bahia.

A Bahia vive, hoje, uma situação delicada com as estradas estaduais, a exemplo das estradas Coaraci/Itajuípe, Itaju/Santa Cruz da Vitória.

Mas quero falar para a população do Oeste da Bahia. Cobrar providência do governo do Estado, inclusive o deputado Antônio Henrique Júnior que é um Líder político, representa bem aquela região, sabe de forma muito clara o que estou colocando, porque o Oeste, ao longo dos anos, contribuiu muito com ICMS para o Estado e quase nada recebeu de retorno. A estrada que liga a Mansidão está totalmente destruída há muitos anos, a BA 351 ligando Santa Rita, Mansidão e Buritirama.

O governo da Bahia conseguiu, a notícia veio hoje. Eles, inclusive, acusaram o prefeito ACM Neto de perseguição, que o recurso do empréstimo não chegaria ao Estado, US\$ 200 milhões, pouco mais de R\$ 600 milhões. Espero que o governador da Bahia possa criar prioridades dentro do que está prometido.

O Oeste da Bahia, ao longo dos anos, ficou esquecido pelo governo. Acabei de falar há pouco com Nei, prefeito de Mansidão; com o amigo e ex-prefeito de Santa Rita de Cássia, Zé do Aragon, que o Estado tem que colocar essa estrada como prioridade.

A região Oeste da Bahia está se mobilizando, produtores, classe política, as Câmaras Municipais de Santa Rita, Buritirama, Barra e Mansidão.

O Sr. Antonio Henrique Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Espero que o governador do Estado possa dar como prioridade esses investimentos. Não é só em Mansidão, não é só em Santa Rita, é em toda a Bahia, porque há recursos, mas é preciso, deputado Antonio Henrique, tenho certeza que V.Ex^a tem feito um trabalho em favor do Oeste, que V.Ex^a entre nessa luta também.

O Sr. Antonio Henrique Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concedo o aparte ao nobre Antonio Henrique e, em seguida, ao deputado Alex Lima.

O Sr. Antonio Henrique Júnior:- É importante, nobre deputado, a defesa das estradas de Santa Rita e Mansidão. Mas quero dizer que ela era 351, mas, hoje, ela já é a 020. Foi o vice-governador João Leão que conseguiu colocar essa estrada como

020. Ela vai ligar até Campo Alegre de Lourdes.

Então, o projeto de viabilidade dessa estrada está no DNIT. Amanhã, vamos ter uma reunião importante com o vice-governador João Leão sobre essa estrada. O governador Rui Costa, V.Ex^{as} já sabem, junto com o governador Wagner fizeram aquela outra parte que liga Barra a Buritirama, foram 50 quilômetros importantes para aquela região que era isolada. Falta essa parte, mas, hoje, ela é uma estrada federal, o recurso tem que ser do governo federal, para sobrepor lá a 020.

Então, é importante destacarmos aquela manifestação. Hoje, é responsabilidade também do governo federal. É importante conseguirmos esses recursos, juntarmos as nossas forças políticas e ajudarmos o governo do Estado a trazer esses recursos do governo federal para aquela estrada importante, para Mansidão e para Buritirama, que vai até Campo Alegre de Lourdes.

Muito obrigado, nobre deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concedo o aparte ao nobre amigo deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Augusto Castro, eu queria parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento na tarde de hoje e hipotecar a minha solidariedade junto com o deputado Antônio Henrique Júnior, nós que fomos votados no município de Santa Rita, eu, V.Ex^a e o deputado Antônio Henrique, na última eleição. Venho aqui reiterar a importância dessa estrada e parabenizar V.Ex^a que cumpre bem o seu papel de deputado e representante daquela região.

Parabéns! Conte conosco para que lutemos juntos para que essa estrada seja viabilizada.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço a fala do deputado Alex, que foi votado também e Santa Rita de Cássia, também do deputado Antonio Henrique Júnior. que é uma liderança do Oeste da Bahia.

Há pouco, acabei de falar com Amauri, superintendente do DNIT no Estado. Espero que essas forças políticas possam se unir, porque estrada gera desenvolvimento, gera progresso, deputado Marquinho Viana. Não dá, hoje, para se ter um Estado imenso como a Bahia, e não ter prioridade nas estradas.

Veio para aqui o projeto que passa a responsabilidade para o Estado da Bahia de muitas BAs e BRs, mas espero que o governador e o secretário de Infraestrutura façam uma mobilização e o Estado cumpra o seu dever.

Então, essa é uma luta de todos que têm interesse no desenvolvimento da Bahia. Agradeço a fala dos deputados votados na região a favor de toda essa luta, porque o Oeste da Bahia precisa crescer e se desenvolver. E é uma luta política mesmo, criando prioridades e dando urgência ao que precisa ser de urgência.

Muito obrigado, deputados e deputadas.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários desta Casa, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero dar ciência a esta Casa do requerimento que fiz ao Exmo. Sr. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em 9 de agosto deste ano: “Targino Machado Pedreira Filho, deputado estadual com assento na Assembleia Legislativa da Bahia, pelo PPS, vem à presença de V.Ex^a após ter tomado conhecimento de notícia veiculada no site *Bocão News*, no dia 5 de agosto deste ano, intitulada como “TCE aponta irregularidades na segurança da Bahia”, onde aponta uma denúncia formulada perante este Tribunal de Contas acerca de fatos irregulares ocorridos no âmbito da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Número do processo, TCE 5881/2016, requerendo, de imediato, que seja fornecido acesso a tal processo. Este pedido se justifica por ser o requerente parlamentar estadual e, dentre suas competências, está a de fiscalizar os atos do Poder Executivo Estadual e o faz na forma prevista na Lei de Acesso à Informação. Tudo para que sejam tomadas as medidas necessárias no afã de cumprir o dever de ofício do requerente. Na oportunidade, registro os votos de deferência e admiração. Na oportunidade, se coloca à disposição para ter acesso à citada denúncia da forma que melhor entender esse Tribunal.”

Na verdade, Srs. Deputados, a coisa, na Secretaria de Segurança Pública da Bahia, está negra, está com dificuldades mil. Esse processo que corre em segredo de Justiça já tem mais de três mil páginas. Um outro processo que corre contra o secretário de Segurança Pública, no Ministério Público Federal, já está no meu gabinete com mais de mil páginas, absolutamente cabeludas. Enquanto isso, esse moço, o secretário de Segurança Pública, está encastelado há tantos e tantos anos à frente da Segurança Pública da Bahia como a demonstrar a fraqueza desse governo ou a impossibilidade desse governo de exonerá-lo. Porque os métodos praticados por esse secretário são cabeludos. Ele é daqueles, Soldado Prisco, que mandam plantar prova onde não existe prova, ameaça, invade a privacidade de todos e de cada um nas escutas clandestinas.

Quero dizer a V.Ex^a que esse processo ao qual me refiro e que está no TCE, há de puxar a ponta do novelo. Estou com pena do governador Rui Costa, pois como é que se mantém na gerência de uma empresa, uma empresa sua, um gerente que está acumulando resultados negativos durante 10 anos? Esses são resultados negativos que apontamos aqui todos os dias, que a mídia aponta todos os dias e que o governador Rui Costa não tem coragem de mudar. E agora a mudança que o governador Rui Costa quer fazer: convocar 2 mil policiais da reserva para atuarem na retaguarda da polícia.

Aqui existe um projeto de nossa autoria que busca alterar a idade para ingresso na Polícia Militar dos 30 anos atuais para 40 anos, mas ainda não foi aprovado porque o deputado Zé Neto diz que não interessa ao governo. Não interessa porque esses policiais já chegariam à polícia com 40 anos, já chegariam velhos. Agora, o governador Rui Costa quer trazer para dentro da polícia e vai mandar um projeto a esta Casa para, entre aspas, “atuar na retaguarda por grupo.” De forma absurda, pessoas que estão proscritas do mercado de trabalho, sem pique de trabalho, essa é a

realidade, 49 anos, não; 60 anos, infelizmente não têm mais pique porque ganham mal, foi a vida toda remunerado mal.

Quero ver os senhores virem para aqui no momento certo defender esse Secretário de Segurança que deve estar escutando as conversas dos senhores todos. O governo está preso na mão desse moço, ele sabe da vida dos senhores todos. Não tenho o que esconder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco do PSD.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, no tempo do PSD falará o deputado Adolfo Menezes por 6 minutos e o deputado Carlos Ubaldino por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputada Fátima Nunes.

Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, a Bahia devia orgulhar-se desse grande governador...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, diga aos deputados que há um orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Marquinhos Viana, há um orador na tribuna.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, peço que retorne o meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Solicito que seja retornado o tempo do deputado Adolfo Menezes de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, a Bahia deveria orgulhar-se desse grande governador Rui Costa. Nesse período em que o Brasil passa pela maior crise da sua história, não sou eu quem está dizendo, são todos os analistas políticos. Claro, crise causada pelos políticos, por todos os políticos, o Congresso Nacional, com exceções, deputado, eu digo... é uma força de expressão, claro. Nós, como deputados estaduais, não temos o poder constitucional de fazer as leis principais... é força de expressão, deputado Targino.

É claro que toda regra tem exceção, mas o Congresso Nacional - por diversas vezes eu desabafei aqui, só desabafo, porque não muda nada - é ocupado pela situação lamentável que o Brasil atravessa e agora quer liquidar com o que resta: com a Eletrobrás, com a Petrobrás, não sobra nada para tentar diminuir o déficit que, a cada dia, aumenta.

Então, a Bahia tem se orgulhado do governador Rui Costa, um monstro para trabalhar e que é técnico. Agora não tem governador que dê jeito em um país que está vivendo em guerra civil, como o Brasil, em um país que está matando mais do que a

Síria, que literalmente está em guerra. O que é isso? Só que ninguém se espanta mais, porque há assassinatos todos os dias.

Vossas Excelências veem a desmoralização no Rio de Janeiro: o Exército, as Forças Armadas, a Força Nacional mobilizados e não se acha um fuzil, não se prende ninguém. Então, deputado Prisco, a situação é lamentável não só aqui na Bahia. Temos um Código Penal de 70 anos, como bem sabe o grande advogado, meu colega Luciano Ribeiro. O governador Rui Costa é um dos poucos ainda do país, entre os 27 governadores, que está conseguindo pagar os salários em dia. O Rio de Janeiro ainda está sobrevivendo porque o Governo Federal está colocando o dinheiro do povo lá... Minas Gerais, Rio Grande do Sul, para falar de 3 dos principais Estados do Brasil, que, à frente, só têm São Paulo.

O governador Rui Costa investiu, na Bahia, no ano passado, mais do que o governo de São Paulo, proporcionalmente, lá investiu. Então é mágica, praticamente. Muita gestão. Agora, é natural, como eu vi aqui o deputado Augusto falar, tem várias estradas a serem feitas nesse grande estágio da extensão territorial da Bahia. É impossível se fazer tudo, até porque nenhum governador, na história, fez. O governador vai concluir um metrô, mesmo sendo de superfície. Claro que ficaria mais bonito se fosse subterrâneo, como acontece em outras capitais, mas é melhor ter um assim, de superfície, atendendo ao povo e a milhares de soteropolitanos, do que nenhum, como não tinha.

Vejam quantos anos a Bahia passou para o metrô conseguir ir do Campo da Pólvora até a Bonocô, uma piada, para atender a 30 mil pessoas, com o governador Rui Costa, a despeito desta crise absurda. Vi hoje na imprensa: já vai ser inaugurada a estação de Mussurunga e, em dezembro, a do aeroporto.

42 quilômetros de metrô, o governador está conseguindo investir mais que São Paulo, são dados. Falta muita coisa que nos envergonha? Falta! Falta um Centro de Convenções, o que fez com que o turismo caísse. Uma cidade do porte de Salvador, sem um Centro de Convenções, nos envergonha. Mas isso não foi causado só por esse governo. O Centro de Convenções foi feito, na época, salvo engano, pelo governador Roberto Santos, e lá se vão décadas. Pela ferrugem e pela área onde foi construído, o prédio está destruído, mas não tem sentido que se derrube, segundo os técnicos... que se faça no mesmo lugar.

Eu tenho a honra de fazer parte do grupo que está ao lado desse grande governador que trabalha dia e noite para melhorar a Bahia. É natural que um estado com 15 milhões de habitantes e tantos problemas estruturais não faça tudo que a população precisa e quer. Temos um governador que vai inaugurar, até o próximo ano, sete novos hospitais, deputado Luciano. Então, para não falar mais, pois meus minutos estão acabando, de tantas ações que esse governador tem feito... Agora é natural que quanto mais se faça, mais se precise, nesse período conturbado e vergonhoso que o nosso país atravessa, que é motivo de chacota em nível internacional, afugentando os investidores por essa desordem na economia, por essa desordem na política. E assumo: tudo causado pela classe política – mas claro que toda regra tem exceção.

Eu digo isso para encerrar, Sr. Presidente, porque os deputados federais, os senadores sabem o que precisa ser feito para começar a melhorar. Mas, lá em Brasília, nos dias de hoje, principalmente, só estão preocupados com como vão tentar se salvar. E a população, como dizia aquele programa, salvo engano, de Chico Anísio, no passado, “a população que se exploda”. Infelizmente, é o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade ao tempo do PSD, deputado Carlos Ubaldino, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Mui digno presidente, companheiros, deputados, deputadas, senhores que compõem a Galeria Paulo Jackson e que nos prestigiam com as suas valiosas e magníficas presenças. Neste momento, nós queremos externar a nossa gratidão a um governador cujo coração está voltado para os anseios dos baianos.

Na semana passada, estivemos na cidade de Canarana, onde ele demonstrava, na sua fala, a confiança no seu trabalho, pela sua humildade, pela sua dedicação voltada ao povo mais carente da Bahia. Nesse dia, tivemos a felicidade de visitar o município, pelo que eu quero parabenizar o Dr. Celso, superintendente de energia do Estado da Bahia, que levou para lá companheiros que nos representam, os Srs. Vereadores da cidade de Ubaíra e também do Vale do Jiquiriçá. Nós temos certeza que o governo do Estado tem escolhido secretários à altura de atender às demandas dos Srs. Deputados e de todos os nossos queridos baianos.

Neste momento, senhoras e senhores, quero dizer que a alma farta pisa o favo de mel, mas, para o faminto, todo amargo é doce. No Brasil, a gente observa o Rio de Janeiro com um orçamento de mais de noventa bilhões e a nossa querida Bahia, com um território gigantesco, tem, simplesmente, um orçamento de quarenta e poucos bilhões. E o nosso governador fazendo a mágica da multiplicação dos pães: ele consegue não atrasar o dinheiro do funcionalismo público e estar em dia com os pagamentos.

E o governador ainda traz uma obra gigantesca para a nossa querida Salvador. O soteropolitano se orgulha, neste dia, de ver o metrô andando a todo vapor, isso é uma realidade. Parece um sonho, mas se transforma em realidade. Srs. Deputados, neste momento, nesta sucinta saudação, eu quero abraçar os meus amigos que estão me esperando no meu gabinete. Na pessoa do meu querido pastor Crispim, recebam o meu abraço, o meu apreço.

Daqui a pouquinho, estaremos trazendo a esta Casa projetos que vêm ao encontro das necessidades dos baianos. E eu quero dizer que este ilustre cidadão que está falando é um defensor da causa pública, da necessidade do povo carente da Bahia. Eu sou o autor, nesta Casa, de um projeto de lei que vem ao encontro das necessidades do povo mais carente. Porque, quando uma pessoa é acidentada, ela procura alcançar o hospital mais próximo. Mas se for um hospital público, ela não é

recebida, porque é exigido dela um plano de saúde, um cheque caução, e isso é o mesmo que dizer: “vá morrer mais na frente um pouquinho, porque não temos aqui guarida para você”.

Senhores, quando o médico se forma, ele estende a mão e faz um juramento, meu querido deputado Luciano, e diz: “pela minha vida, prometo salvar a vida do meu semelhante”. Hoje o dinheiro está sendo colocado como prioridade, mas, para aquele que criou o homem e a mulher, o ser humano está em primeiro lugar, o homem está em primeiro lugar, a mulher está em primeiro lugar, por isso eu defendo a coluna, o pilar da família, enquanto estiver nesta Casa.

Nestes 5 minutos em que estou falando, eu quero ainda salientar as obras de um governo que recebeu as nossas estradas em um verdadeiro caos e transformou a Bahia em um tapete preto. Eu quero dizer, Srs. Deputados, que na época em que o nosso mui querido amigo, companheiro, ex-governador Jaques Wagner, assumiu o Estado da Bahia, quem saía de Salvador para Paulo Afonso não tinha certeza se chegaria no destino. Hoje o nosso querido governador, que saiu das encostas da Liberdade, vem fazendo a sua história com a sua humildade, com o seu trabalho sério, e aqui eu encerro a minha sucinta saudação deixando o meu gesto de apreço, de solidariedade ao trabalhador, ao homem que se chama Rui Costa.

Encerro a minha fala agradecendo a tolerância de V.Ex^a, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria, do Bloco Parlamentar PMDB/PSC, para falar pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Carlos Geilson e Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos e meio, cada um, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos e meio... São 6 minutos para o deputado Carlos Geilson e 5 minutos para o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Luciano Simões Filho, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, obrigado a vocês do canal *TV Assembleia*, queridos amigos das Galerias, colegas da imprensa, tenho que voltar a esta tribuna para falar de segurança pública porque o governo fala uma coisa, e na prática o que diz não é o real, não é o verdadeiro. Hoje, em Feira de Santana, uma equipe do SAMU foi assaltada quando prestava socorro, vejam que nem quem está precisando de socorro, nem quem vai socorrer têm garantia alguma, a violência não perdoa ninguém.

Mas o que é interessante, e sobre o que eu quero aqui fazer uma reflexão, é que o deputado Líder do Governo, Zé Neto, nega o avanço da criminalidade, nega o avanço da violência nos governos do PT. Diz ele que o governo do PT contratou 20 mil policiais, que o governo do Estado nunca investiu tanto em segurança pública, o Líder do Governo afirma que foram adquiridos mais de 500 viaturas.

Ora, Srs. Deputados, ora, Sr^{as} Deputadas, se o número de policiais aumentou, se há mais viaturas, se há mais recursos financeiros, e mesmo assim a criminalidade avança, a violência aumenta, o deputado Zé Neto está querendo dizer, pelo meu entendimento, que: se há mais policiais, falta comando; se há mais viaturas, elas estão mal distribuídas; se há mais recursos, eles estão sendo mal aplicados. Simplificando, o deputado Zé Neto está dizendo o que a população não se cansa de dizer, o que a Oposição não se cansa de afirmar: falta governo e sobra incompetência.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, falta comando, falta autoridade, falta trabalho, por isso a violência cresce e a criminalidade avança. E a população está cansada.

Se tudo isso é verdade, se o governo tem investido tanto e a violência só aumenta e a criminalidade cresce, essa conta não bate.

Prefiro acreditar nos devaneios do Líder do Governo e que ele está falando a verdade.

Mas, ao mesmo tempo, isso demonstra a incompetência dessa administração, é sinal de que o dinheiro está sendo jogado fora, está sendo mal aplicado. Se faltam viaturas para patrulharem os bairros de Salvador, na minha querida Feira de Santana há distritos que vêm uma viatura “de caju em caju”. E a violência aumenta.

Se há aumento do número de policiais, não entrou na conta, nesse período, quantos policiais foram para a reserva, quantos policiais foram assassinados no combate, na luta em defesa da população baiana. Essa conta não fecha, é irreal, não é verdadeira. Ele acaba dando valor a tudo que a opinião pública tem dito em relação à violência, que só aumenta neste Estado.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o governo peca por não aceitar que fracassou a política de segurança pública. O secretário está aí há mais de 10 anos. E nesse período, peguem as estatísticas, a cada momento aumenta a violência em todas as cidades da Bahia. E é violência real, com números concretos.

Às vezes se apresentam números maquiados. Uma estatística que o cidadão tem sentido na pele: assaltos em ponto de ônibus quando vai trabalhar pela manhã; assaltos nos engarrafamentos, nos semáforos. Hoje, não se tem garantia hora alguma. Você sai do estabelecimento comercial entra no seu carro e é assaltado. Se, à noite, vai a um barzinho, com um amigo, quando volta é assaltado. Por que isso acontece? Porque falta policiamento ostensivo, faltam policiais nas ruas das cidades do Estado da Bahia.

É ineficaz o orçamento para a segurança pública, não condiz com a realidade. Se a violência tem crescido assustadoramente, obviamente que também o investimento tem que crescer paulatinamente para contrapor a violência com o que é gasto com a segurança pública.

A Oposição tem chamado a atenção aqui para que se aumente os recursos para a segurança pública no Orçamento do Estado. Todas as emendas da Oposição são negadas, são rechaçadas.

A história está aí, a violência aumenta, o crime avança e o governo em berço esplêndido, como na música de Raul Seixas, cuja morte completou 28 anos ontem,

“com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, povo baiano que nos assiste através da *TV Assembleia*, quero trazer a público a minha falta de conformidade, porque estou, realmente, inconformado, como representante da população baiana, como deputado eleito.

Para estarmos aqui, deputado Zó, precisamos conversar e convencer à população baiana de que merecemos estar aqui. Mas quando chegamos aqui precisamos provar também que merecemos estar aqui.

O presidente Angelo Coronel, deputado que conheço de longa data, por quem tenho grande apreço, tenho uma amizade familiar há quase 20 anos, conheço a sua luta e sua história, por isso, quando de sua candidatura à Presidência, tive a oportunidade de apoiá-lo logo de começo, de declarar o meu apoio a ele, porque acreditava que ele faria valer a esta Casa o que esta Casa merece, todos nós, deputados. Com todos ou qualquer governador que esteja, seja governador do PT, governador do Democratas ou de qualquer partido. Esta Casa merece respeito, o deputado estadual merece respeito.

Não fui eleito deputado estadual para me conformar em levar três ambulâncias ou três tratores para algum município, não fui eleito deputado estadual somente para legislar aqui. Eu fui eleito deputado estadual para trazer melhorias que realmente tenham valor para a população que represento.

Diante disso, antes do meio do ano, fizemos com o presidente Angelo Coronel um acordo entre as lideranças para que a lei pudesse ser cumprida. Olha, como começamos errado. Precisamos, através do presidente desta Casa, conversar com o governador para que a lei seja cumprida. O governador, além de ser apegado à falta de verdade, à mentira – isso nós vemos através de tantos milhões que são gastos em propaganda enganosa para os baianos e da desinformação –, ele é desapegado também ao cumprimento da lei.

A lei é bem clara: para cada deputado estadual o governo tem de cumprir com as emendas impositivas. E aí, deputado Marquinho Viana, um vereador de Salvador vale muito mais do que um deputado estadual, pois os vereadores de Salvador têm as suas emendas impositivas cumpridas, os benefícios estão lá. Se V.Ex^a se informar – e V.Ex^a adora estudar, é sabido por esta Casa –, saberá disso. Um deputado estadual merece muito mais respeito, seja com o governador que for.

Fico a me perguntar como os deputados governistas se satisfazem com três tratores, duas ambulâncias. Não entendo esse benefício para os seus municípios. As emendas impositivas teriam de ser muito mais do que são. Temos, por ano, uma obrigação de 1 milhão e 300 mil. Teríamos que ter um valor muito mais alto para beneficiar esses municípios.

A lei é clara: o deputado estadual, eleito pelo povo, tem obrigação de indicar as emendas para a população dos municípios em que é votado, e o governador tem obrigação de pagar essas emendas. Nós indicamos, mas o governador descumpre a lei, porque não cumpre, não paga as emendas. Ele deu a palavra ao presidente desta Casa, que tem de fazer valer o seu papel de presidente desta Casa e dar o respeito devido a esta Casa. Se o governador faltou com a palavra com esta Casa, faltou com a palavra com o presidente, faltou com a palavra com todos os Srs. Deputados, ele tem de pagar perante a opinião pública, ele tem de dar satisfação à opinião pública.

Portanto, presidente Angelo Coronel, estou aqui nesta tarde para cobrar. Quando nos posicionamos como Oposição, já sabíamos que o governador não iria cumprir, porque o governador é apegado à mentira e desapegado à lei. Nós confiávamos que V.Ex^a iria fazer valer a posição de presidente desta Casa.

Daqui a um ano e meio teremos outro governador, e minha posição aqui, caso eu seja reconduzido a esta Casa, será a mesma, de fazer valer o valor que o deputado estadual tem. O deputado estadual para entrar aqui tem de ter muito voto e tem que fazer valer e respeitar a população que o colocou aqui. Esses benefícios, nada mais são do que benefícios que irão para os municípios que representamos.

Portanto, Sr. Governador, todos nós já sabemos que V.Ex^a não cumpre com a palavra, mas esperamos do presidente desta Casa uma posição pública diante da falta de palavra e de compromisso do governador com esta Casa. Vai pagar as emendas ou não irá pagar as emendas impositivas que são de direito dos deputados estaduais? O governador tem de cumprir e fazer valer. É isso que nós esperamos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o Líder do Governo ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP.

O Sr. Joseildo Ramos:- A deputada Luiza Maia falará por 6 minutos, e o deputado Roberto Carlos também falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra, à deputada Luiza Maia, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Agradeço ao deputado Roberto Carlos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de retornar a esta tribuna, porque a minha cidade Camaçari está passando por momento de muitas dificuldades e quero registrar, aqui, o meu repúdio à atitude de um prefeito que tem aprontado no nosso município. Para mim não é nenhuma novidade, porque quem conhecia a sua história de viver da contravenção, de viver das coisas erradas, sabia que ele não poderia fazer nenhuma gestão que agradasse o povo, de quem ele se intitulou parceiro, inclusive, durante a sua campanha.

Além de outras coisas que ele tem feito com a população, principalmente, com a população mais carente. Até o seguro desemprego do pescador que é chamado o seguro defeso, ele suspendeu, não pagou e está dizendo que não vai pagar. E hoje, para completar os seus absurdos, as suas arbitrariedades, os professores e alunos que

ocuparam a Câmara de Camaçari pedindo apenas o reajuste de 7%, ele mandou trancar junto com o presidente da Câmara, impedindo os professores e alunos, inclusive, de irem ao banheiro. Uma atitude arbitrária que logo, logo foi resolvida diante da postura firme e autêntica dos vereadores de oposição, que não permitiram que os professores e alunos da rede municipal fossem trancafiados dentro da Câmara de Camaçari.

Além disso é uma situação muito complicada, ele quer dar 0% de aumento para os professores, quando sabemos que têm secretários e cargos de confiança que vão de R\$ 15 mil a 40 mil, secretários ganhando absurdos. O prefeito também é uma pessoa completamente desgastada, desmoralizada no município, porque antes dele tem o Helder, que manda mais do que ele; o Waldeck Ornelas, que manda mais do que ele, o vice-prefeito. Tudo isso seguindo a orientação, como ele mesmo assume, do prefeito de Salvador, de quem ele faz questão de dizer que vai fazer semelhante. Só em quarto lugar é que ele realmente consegue tomar alguma decisão.

Então, queria deixar registrado aqui o meu repúdio, a minha solidariedade aos professores de Camaçari. Sou professora concursada do município de Camaçari, desde a década de 1990, em 1992, sei das dificuldades que essa categoria passa, não só em Camaçari como em todos os cantos. E quero fazer um apelo a esse prefeito cabeça dura, incompetente, ingrato, traidor: que olhe para os professores, porque realmente os alunos, as crianças da rede municipal de Camaçari, que são mais de 50 mil, não podem ser prejudicadas por uma atitude sua de egoísmo e de incompreensão da necessidade do diálogo, principalmente, com os professores.

Dizer a Pablo, que tem uma música que diz assim: “Eu tiro os outros por mim”. Então, não faça, não fique achando que a prática do seu partido durante tanto tempo é igual às atitudes e à prática do nosso governador, que tem tido aí, apesar de todo esse desespero, toda essa dor de cotovelo que a Oposição coloca aqui diante do que o governador Rui Costa tem feito pela Bahia, compreendemos dor de cotovelo, desespero, as pesquisas de opinião mostram o quanto o nosso governador é reconhecido pelo seu trabalho. E também dizer que fica muito feio o prefeito da nossa capital, do seu partido, estar querendo dizer agora que é o pai do metrô. Às vezes ele dá os ataques, os ataques da postura do vovô e aí começa a assumir uma série de coisas que não têm nada a ver com ele com propagandas mentirosas, enganosas e outras coisas mais que não vai dar tempo eu falar, porque o deputado Roberto Carlos queria o tempo todo e me cedeu esses 4 minutos. Então, passo a palavra para o senhor.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Deputado Roberto Carlos pelo tempo de 7 minutos e 20 segundos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, imprensa, funcionários.

Quero, Sr. Presidente, registrar com muita alegria a ascensão da desportiva Juazeirense que está disputando o Campeonato Brasileiro da Série D. E entra para a

história da Bahia como o primeiro clube da Bahia a conseguir alcançar a Série C do Brasileiro.

O Juazeirense foi fundado em 12 de fevereiro de 2008, tem nove anos de existência e já faz uma história bonita em defesa do esporte da Bahia. O Juazeirense foi uma dissidência do Juazeiro Social Clube, do qual tenho a honra também de informar que fui presidente por dois mandatos, sou fundador, e depois a briga política, tivemos que fundar a Sociedade Desportiva Juazeirense, que em menos de nove anos já é colocada nos anais do esporte do Brasil como o time que mais cresceu no Brasil.

No ano de 2015 para 2016, Sr. Presidente, a Juazeirense foi o time que mais cresceu, segundo o *ranking* nacional da CBF. Atualmente, existe cerca de 520 clubes profissionais no Brasil. O Juazeirense, em 2015, estava no *ranking* nacional na posição 195ª; em 2016, passou para a posição, pelo *ranking* da CBF, 94ª, e agora, certamente, o Juazeirense está entre os 60 maiores clubes do Brasil.

O Sr. Zó:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Carlos Geilson:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ROBERTO CARLOS:- O deputado Zó primeiro, depois o deputado Carlos Geilson, muito rapidamente, porque tenho pouco tempo.

O Sr. Zó:- Deputado Roberto Carlos, quero parabenizá-lo, conheço a trajetória, participei daquela eleição que V.Exª pleiteou ser presidente do Juazeiro, participei da criação da Juazeirense, acompanhei de perto a história, e quero parabenizá-lo, a equipe, o treinador, a direção, em nome de Serginho, Sérgio Fernandes.

E em nome de Juazeiro, eu queria fazer o registro que hoje o nosso Tatau, Antônio Carlos Tatau, para a gente é conhecido como Tatau, estará hoje no TCA lançando o seu CD, mais um juazeirense. Juazeiro que brilha no futebol, brilha na música, brilha na geração de empregos, brilha no crescimento, então parabéns. Ano que vem teremos futebol o ano todo em Juazeiro.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- É verdade. Quero agradecer, Zó, as suas palavras e dizer que você também faz parte dessa conquista que é de Juazeiro, é desportista, é jogador de futebol também, deputado Carlos Geilson, e tem nos ajudado lá na Juazeirense.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu querido deputado Roberto Carlos, já usei a tribuna para parabenizar a Juazeirense, o seu trabalho; a Juazeirense que desclassificou o Fluminense que disputava com a Juazeirense a vaga para a Série C, ficamos no meio do caminho, passamos a torcer pela Juazeirense. E vejo que agora a Juazeirense também tem chance de ir para a final da Série D e trazer esse título para a Bahia.

Estou muito feliz pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pela sua dedicação, e saiba que a minha torcida também conta com o meu irmão, lá na cidade de Juazeiro, Geraldo César, que também é seu fã, seu admirador, não é seu eleitor, mas é seu admirador...

O Sr. ROBERTO CARLOS:- (...) Breve, breve, ele será. V.Exª irá para

federal e eu ficarei para estadual.

O Sr. Carlos Geilson:- (...) Ou V.Ex^a também ir para federal e eu ficar para estadual.

Sucesso, parabéns, estamos na torcida pela Juazeirense.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Quero agradecer as suas palavras, deputado Carlos Geilson, e dizer que a Juazeirense hoje não somente representa o Vale do São Francisco. A Juazeirense entrou nesse campeonato com a equipe do Fluminense, o “Touro do Sertão”, com a equipe do Jacobina e conseguimos fazer um bom trabalho e representar a Bahia com dignidade.

Graças a Deus, até hoje a Juazeirense é um time que, meu querido amigo deputado Bobó, só perdemos uma partida na competição nacional e não perdemos uma partida sequer jogando fora do Estádio Adauto Moraes. Isso é uma honra muito grande, o time está bem, como V.Ex^a falou, deputado Carlos Geilson, estamos a um passo de decidir o título do Campeonato Brasileiro da Série D, vamos jogar no próximo domingo na cidade de Ceará-Mirim, na Paraíba... aliás no Rio Grande do Norte, contra a equipe do Globo, válido pela semifinal do campeonato, ganhamos a primeira partida de 3 a 1 no Estádio Adauto Moraes, em Juazeiro, e no próximo domingo a Juazeirense pode jogar pelo empate ou até perder no placar de 1 a 0, que já está classificada para a final do Campeonato Brasileiro da Série D.

Para nós, que somos um time humilde, simples, é uma conquista grandiosa, porque fazer futebol do jeito que nós fazemos com poucos recursos... aqui está uma camisa da Juazeirense, e só tem um patrocinador: a Prefeitura Municipal de Juazeiro, mando um abraço ao prefeito Paulo Bonfim que abraçou a causa, que tem nos ajudado, juntamente com a pequena empresa lá da região, a Real Calçados.

O time deu liga, os jogadores querem conquistar esse título e não foi à toa que conseguimos trazer Juninho Tardelli, que é um craque de futebol, não desmerecendo o elenco. O que mais a Juazeirense conseguiu engrenar foi a qualidade do elenco, mas posso destacar aqui Juninho Tardelli, que é irmão de Diego Tardelli, da Seleção Brasileira, um craque de futebol que estava jogando na China e hoje está na Juazeirense.

Esperamos que possamos conquistar esse título para a Bahia, que para nós será uma honra muito grande.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado. Concedo a palavra ao Líder da Minoria, para o Bloco Parlamentar DEM/PV.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Pedro Tavares, Líder do PMDB e o deputado Prisco, ambos pelo tempo de 6 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado Luciano. Deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui

presente. No último final de semana tive a oportunidade de, mais uma vez, visitar o município de Itapetinga, um município importante do nosso Estado, conhecido como a capital da pecuária, polo de uma região. Um município sendo administrado por um jovem competente, prefeito Rodrigo Hage, que assumiu a prefeitura com sérias dificuldades, ainda mais com as dificuldades econômicas que as prefeituras estão sofrendo, mas ele tem procurado fazer o seu trabalho, colocando ordem na Casa, trabalhando, planejando ações para o futuro, como a requalificação da Lagoa, o ponto turístico, o ponto de visita do município de Itapetinga e a requalificação também da Matinha, tem feito o seu trabalho.

Enquanto o governo municipal faz o seu trabalho, o governo estadual esquece o município de Jacobina. E queria dar um exemplo, aqui, claro do esquecimento do governo estadual em relação ao município de Itapetinga. O governador anunciou o Ponto Cidadão em Itapetinga, anunciou esse Ponto Cidadão em janeiro de 2015, dizendo que Itapetinga ia receber esse importante equipamento para que a população não tivesse o desconforto de ter que rodar 200 quilômetros para tirar os seus documentos. Foi anunciado em 2015, passou 2015, 2016 e nada de Ponto Cidadão. Chega agora em março deste ano o governador de manhã cedo no seu *Twitter* coloca: “A semana começa com uma boa notícia para Itapetinga, a Unidade do Ponto Cidadão chegará ao município. O servidor público chega até você, nada de dor de cabeça para emitir documentos e outras necessidades”. Palavras do governador no *Twitter*.

E nós chegamos agora já em agosto, cadê o Ponto Cidadão? Queria perguntar ao governador do Estado se esse Ponto Cidadão vai sair do papel ou será mais uma promessa para a população de Itapetinga?

Itapetinga não aguenta mais tamanho descaso do Governo do Estado, não aguenta mais que o governo feche os olhos para esse importante município do Estado da Bahia. Itapetinga já merece uma policlínica, mas o governo fecha os olhos para a saúde de Itapetinga. Itapetinga que merece, sim, ter recapeado o centro da cidade, mas, não, o governador do Estado esquece esse município importante do nosso Estado.

E fica, aqui, a minha pergunta ao governador Rui Costa: cadê o Ponto Cidadão? Ele anunciou com tanta ênfase, em 13 de março de 2017, a instalação desse Ponto Cidadão, e eu pergunto: cadê o Ponto Cidadão, cadê essa obra? Eu queria saber, deputado Marquinho Viana, onde e quando sairá esse Ponto Cidadão, porque Itapetinga não aguenta mais tanto descaso.

O Sr. Marquinho Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com todo o prazer.

O Sr. Marquinho Viana:- Veja bem, sei, com certeza, que o prefeito de lá é um rapaz novo, com todo o gás, com toda a vontade de trabalhar, mas o governador só instala o Ponto Cidadão. A parte física, a parte de obra é do município. E ele não concluiu a parte dele. Tenho certeza que se ele fizer... quem faz o projeto é a secretaria, o espaço é doado pelo município, e tem que ser um local pertencente ao município, não é alugado, não.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Deputado Marquinho, tenho certeza que V.Ex^a, que é tão bem votado na região, não conhece o Município de Itapetinga, certeza absoluta. Porque lá o governador anunciou que o Ponto Cidadão seria instalado no extinto Derba, e até agora não temos resposta. O Derba é do Governo do Estado, não é do município.

O governador anunciou essa obra lá em 2015, em janeiro de 2015. O segundo município que ele visitou como governador eleito da Bahia foi Itapetinga, e anunciou essa obra. Passou 2015, passou 2016 e nada. Agora, em 2017, em março, está aqui o *twitter* dele, anunciou o Ponto Cidadão, deputado Marquinho Viana.

(O deputado Marquinho Viana diz que em outros municípios, como Cocos e Mucugê, a prefeitura entrou com as instalações.)

O Sr. PEDRO TAVARES:- E por que ele anunciou que o Ponto Cidadão seria instalado no extinto Derba? E anunciou o número de funcionários que trabalhariam lá.

Anunciou duas vezes em 2 anos, prometendo e não cumprindo com o Município de Itapetinga. Aliás, neste ano não existe uma ação do Governo do Estado em Itapetinga, não há uma ação no município. A única ação, deputado Marquinho Viana, é promessa. E promessa, meu amigo, a população não aguenta mais, não aguenta mais tanto descaso do Governo do Estado com a região, com o Município de Itapetinga.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, é para registrar na tarde de hoje o falecimento do Dr. César Matta Pires, sócio e fundador da construtora OAS, empresário que tem inúmeras obras no Estado e em todo o País, que criou um grupo genuinamente baiano, que empregou e contribuiu, e muito, para as engenharias baiana e nacional.

Então, queria registrar, na tarde de hoje, o falecimento do Dr. César Matta Pires. E que esta Casa se associe à dor da perda dos seus familiares. Sem dúvida alguma, um empresário de destaque na Bahia e no Brasil e que muita falta fará ao nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o Soldado Prisco, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, volto a esta tribuna, mais uma vez, esperando que esta Casa se posicione em relação aos grampos ilegais praticados pelo secretário da Segurança Pública do Estado.

Não há cabimento isso ser aceito nesta Casa e não se ver um deputado da Base do Governo se pronunciar aqui para explicar para a sociedade porque essa prática vem acontecendo na Bahia. Prática, inclusive, abominada por eles no passado – que

eu também fui contra no passado – e, hoje, não vemos um deles aqui se manifestar contra essa prática absurda.

Enquanto a violência na Bahia se alastra, com números absurdos, inadmissíveis, está explicado porque o secretário da Segurança Pública já se encontra no poder há 12 anos, meu amigo Hildécio Meireles, deputado. São 12 anos que esse secretário se encontra no poder, o que é superior ao mandato de presidente da República ou de governador. Está explicado por que a grampolândia anda solta na Bahia. Inclusive esta Casa aqui, tenho certeza absoluta, toda ela está no grampo dominado por esse secretário.

Se ele teve a audácia de grampear desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, um órgão independente, um órgão sério, imaginem o que eles não estão fazendo também com esta Casa, que é um órgão sério, combativo! Então, espero que esta Casa se pronuncie, se manifeste. Vamos solicitar, sim, uma CPI e espero que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada para apurar essa denúncia gravíssima. Vamos oficializar também o próprio Ministério Público Federal, que já está fazendo a apuração dessa situação. Vamos pedir informações ao Conselho Nacional de Justiça, por ter dois desembargadores grampeados de forma absurda e arbitrária, ato praticado na gestão deste governo.

Esse é o governo que trata a Bahia desse jeito, com um verdadeiro descaso na segurança pública. O governador vive só de bravata. Agora, recentemente, inventou mais uma, desde o início do governo dele, ele vem colocando isso: vou convocar 2 mil policiais da reserva para colocar no setor administrativo e os atuais administrativos irão para as ruas. O próprio governador criou 2.400 cargos administrativos na Polícia Militar! O governador fez um concurso agora da Polícia Militar e colocou apenas 2 mil homens para convocar, 2 mil não suprem nem a perda que teve nesse último ano, que foi de cerca de 3.500 policiais.

Por que não amplia o concurso e convoca mais 2 mil? Em vez de ser 2 mil, convoca 4 mil para, pelo menos, suprir a perda. Não vai repor o déficit que tem de segurança pública, que é de 25 mil homens, deputado Luciano. 25 mil homens é o déficit da Polícia Militar da Bahia desde que esse governo assumiu, e ele não amplia o número de vagas. Agora quer chamar 2 mil policiais da reserva. Nada contra os companheiros da reserva, que estão à míngua, porque o governo não atende aos seus anseios. Mas poderiam chamar, nesse concurso, em vez de 2 mil, 4 mil, porque foi a promessa de campanha desse governo. Ele disse que, nos quatro anos de governo, ele iria alcançar 40 mil policiais. O governo tem apenas 32 mil homens. Está faltando em torno de um ano e dois meses ou três de governo. Já que o curso dura nove meses, ele poderia muito bem chamar agora mais 2 mil.

Há uma grande movimentação nas redes sociais, manifestações nas ruas, não só em Salvador, como em toda a Bahia, dos concursados pedindo a ampliação do número de vagas para 4 mil. E o governo, insensível com a segurança pública, não chama, não aumenta, vem nessa bravata política de que vai convocar 2 mil policiais da reserva. Por que não convoca, além dos 2 mil policiais da reserva, já que vai fazer o serviço, mais 2 mil? E aí, ampliaria para 6 mil. Nada disso esse governo faz. Utiliza a Secretaria de Segurança Pública para praticar atos criminosos, grampeando e

fazendo barbaridades na Bahia.

Está provado nos autos do processo no Ministério Público. Queremos inclusive solicitar informação à procuradora-geral: por que o procurador-chefe do GAECO foi afastado após essa apuração ter sido iniciada, ter sido encaminhada ao Ministério Público Federal? Por que o afastamento do chefe do GAECO, já que é um órgão tão sério e tão combativo? Houve o afastamento dele após essa investigação.

O que vai acontecer com a Bahia se até o Ministério Público do Estado, um órgão tão combativo e tão importante, está sendo tratado dessa forma por esse governo?

Quem tanto criticou no passado o grampo agora pratica algo muito pior, entrega equipamentos...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Que grampo é esse? Desconheço...

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Está provado no GAECO. Vou lhe entregar os documentos, deputado. Está provado nos autos do processo, vou lhe entregar os documentos, a investigação do GAECO. Está provado na investigação que o secretário não só grampeou, mas também forneceu equipamentos para um civil grampear. Houve uma busca e apreensão autorizada pelo STJ na casa do superintendente de inteligência na Bahia, o Sr. Magno. Houve uma busca e apreensão. Essa busca e apreensão não aconteceria à toa, um órgão tão sério como o STJ não iria ordenar uma busca e apreensão dessa...

Há grampos ilegais na Bahia, sim. Sou vítima disso. E, agora, o mais absurdo é grampear desembargadores do Estado da Bahia de forma absurda e arbitrária.

Quero deixar, aqui, o nosso registro, porque vamos pedir a esta Casa uma investigação para tratar desse assunto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, Soldado Prisco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, quero pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Antes, porém, vou usar o tempo a que tenho direito, de 5 minutos...

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Hildécio Meireles:- Estou na questão de ordem.

Eu quero, ao final da minha questão de ordem, pedir a verificação de quórum.

E quero aproveitar esse tempo aqui para lembrar aos colegas deputados da Base do Governo que têm sido frequentemente, constantemente – acompanhamos através dos órgãos de imprensa que –, não digo agraciados, porque, na verdade, é um direito do deputado receber suas emendas... mas quero chamar a atenção dos

deputados da Base porque hoje é um dia, amanhã poderá ser outro. E nós, que defendemos, hoje, que o governo pague as emendas impositivas dos deputados, para que os deputados possam levar benefícios para os seus municípios, teremos o mesmo discurso hoje e no futuro.

Não é razoável que colegas nossos, deputados, ao receberem suas emendas, não levem em consideração que nós, da Oposição, não recebemos e ainda fiquem fazendo gracejos. Não é cabível, não é razoável, meu caro deputado Euclides Fernandes que isso aconteça nesta Casa. Acho que todos, aqui, temos que ter, no mínimo, o respeito um pelo outro.

Como se não bastasse nós, deputados da Oposição, sermos discriminados pelo governo, na medida em que o governo não nos trata corretamente em relação àquilo que é direito, inclusive desobedecendo à lei. Há uma lei orçamentária em que está previsto o pagamento das emendas de todos os deputados, há previsão na Constituição Estadual, e, ainda assim, o governo insiste em não cumprir a lei.

Como tem sido com as emendas parlamentares, o mesmo ocorre em outros mecanismos, em outras formas.

Quero lembrar que vejo, às vezes, deputados ansiosos em ter projetos de lei aprovados por esta Casa. E a maioria dos projetos de lei aprovados nesta Casa – a exceção dos que tratam de honrarias, que tratam de títulos de cidadão, a exceção desses – não tem seguimento.

Um projeto de lei meu foi aprovado em dezembro de 2015 e encaminhado ao Gabinete do Governador, para ser sancionado, vetado ou devolvido a esta Casa no prazo de 15 dias. Nada disso aconteceu. Depois de tanto solicitar ao então presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, 8 meses depois o Gabinete do Governador devolveu o projeto de lei a esta Casa. E, na época, tenho que reconhecer, o presidente Marcelo Nilo promulgou a lei. É uma lei que beneficiará mais de 3 milhões de baianos, que terão suas contas de consumo de água, através da Embasa, reduzidas, em média, em 35%. E a lei dava ao Governo do Estado o prazo de 3 meses para regulamentá-la. Já estamos chegando a 1 ano desse prazo e o governo até hoje não a regulamentou.

Ou seja, de nada adianta esta Casa aprovar projetos de lei, de nada adianta o próprio presidente da Casa, já que o governador não sancionou, promulgar a lei! Nós estamos fazendo aqui não sei qual papel. Não adianta a ansiedade de qualquer deputado em aprovar projeto de lei, porque o Poder Executivo simplesmente o rasga. Então, estamos fazendo aqui o papel de palhaço, essa é que é a grande verdade.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Mesa desta Casa, que procure promover meios de fazer com que o Poder Executivo cumpra as determinações que aqui forem aprovadas.

E, para finalizar, quero reiterar o meu pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Estarei contraditando a questão de ordem e vou pedir que V.Ex^a faça soar a sirene, faça a chamada nominal, colocando o tempo regulamentar. Mas, aproveitando o tempo que me cabe, eu percebi, em algumas falas nesta tribuna, algumas questões que eu quero tratar aqui.

Deputado Rosemberg, estávamos hoje conversando sobre algumas questões e observamos que a comunicação do governo municipal da nossa capital, Salvador, mudou o foco, completamente mudou o foco do seu processo de comunicação e está, de maneira extremamente intensiva, valorizando o processo de integração das linhas de ônibus...

(Alguns deputados se manifestam fora dos microfones.)

Não terminei de fazer a questão de ordem. Eu tenho que terminar, pelo amor de Deus! Tem que esperar!

(...) então, eu gostaria de chamar a atenção de que a maior parte do tempo o prefeito tem enaltecido a integração da obra mais importante que o Estado da Bahia viu nas últimas décadas, que é o metrô. E aí quase todas as peças, deputado Euclides Fernandes, do governo municipal chama a atenção do “antes tarde do que nunca”, porque nas tratativas entre o governo do Estado e o governo municipal já se via a necessidade de antecipar o processo de integração.

Não só o prefeito não ia na direção de promover a integração como também mantinha dezenas e dezenas de linhas de ônibus concorrentes ao traçado do metrô, acarretando problema, esvaziando a possibilidade das estações de transbordo terem a integração tão pretendida, tão necessária para todos os soteropolitanos.

E agora o “antes tarde do que nunca” – porque a população estava pressionando –, o prefeito da nossa capital coloca boa parte da sua conta tratando do “antes tarde do que nunca”: o processo de integração. Foi, na realidade, empurrado a fazer, porque, do ponto de vista histórico, aquilo que nós aprendemos a observar como ferrorama de Salvador, o metrô calça-curta, o ferrorama, que era um brinquedo, mas que fazia a vergonha de todos na capital e de todos os baianos, virou o metrô e a obra que é saudada por todos os baianos.

E aí, em função da repercussão negativa, da falta de interesse do processo republicano que deve permear as relações entre os diversos governos, premido pela pressão popular, verificamos que boa parte ou mais da metade das suas peças de comunicação está voltada a valorizar a obra âncora, que foi articulada lá atrás no governo Dilma, com sua concepção, a partir de uma articulação exitosa do governo do Estado da Bahia, que tinha vários projetos na sua carteira de projetos. Então, o “Rui Correria” está passando, a turma está vindo atrás. É bom que essas posições, mesmo que tardias, cheguem para fazer o conforto da população de Salvador.

Então eu aproveitei esse tempo, gostaria que V.Ex^a fizesse a chamada nominal, marcasse o tempo regulamentar de 15 minutos para que os deputados que se encontram no cafezinho, que se encontram na lanchonete, que estão estudando os diversos projetos que vão trazer mais qualidade ao Parlamento baiano possam adentrar o nosso Plenário para darmos prosseguimento à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Solicito a marcação de 15

minutos para a contagem do quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, eu ouvi atentamente aqui o deputado Soldado Prisco fazer uma colocação em relação ao secretário Maurício Barbosa. Essas denúncias não podem ser feitas dessa maneira. Ele precisa, obviamente, se há, se tem comprovação com relação a essa questão, apresentá-la aqui, porque, senão, passa a ser leviandade, e nós não podemos permitir aqui, na Casa, esse tipo de proposição. Ou seja, onde é que está a comprovação de que ele, inclusive, foi grampeado, de que várias outras pessoas foram grampeadas?

Eu desconheço, não é do feitio do nosso governo, não é do feitio do nosso secretário de segurança pública estar grampeando ninguém. Qualquer tipo de escuta que é feita por solicitação, utilizando os equipamentos do Estado baiano, é feita a partir de uma solicitação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e nunca por iniciativa do Estado ou por iniciativa de qualquer secretário.

Então é necessário que o nosso querido deputado Soldado Prisco apresente aqui, de fato, exatamente, essa denúncia, porque, senão, ela se torna uma denúncia vazia, sem crédito, passa a ser uma ilação, e nós precisamos, obviamente, se tem esse tipo de proposição, fazer a devida apuração.

Eu vou suspender aqui porque já tem quórum, meu querido deputado, para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Havendo quórum para a continuidade da sessão, com a palavra o nobre Líder do Governo ou o Líder do PT para indicar orador ou falar pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Vão falar, pela metade do tempo, o deputado Zé Neto e, pela outra metade, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de 6 minutos e meio, e o segundo orador, deputado Rosemberg Pinto, pelo mesmo tempo.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, eu ouvi nesta tarde, aqui, as reclamações da Oposição em dois assuntos muito relevantes. Primeiro, o deputado Rosemberg foi feliz, agora, no tocante a uma denúncia feita contra o secretário de segurança pública. Eu também não entendi muito, deputado Rosemberg, contra quem é a denúncia.

Mas eu quero só chamar a atenção, como advogado até, para o seguinte: em se tratando de uma investigação... falei isso agora até com o meu amigo deputado Luciano Ribeiro, em se tratando de uma investigação que ainda está em curso, e isso, inclusive, deveria ser explicado, ela deveria estar sendo objeto de um sigilo porque,...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permite-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- (...) pelo que me parece, a investigação é sigilosa. Eu não vejo nenhuma situação que possa trazer qualquer dificuldade para o governo ou para

a Secretaria de Segurança Pública, que também está investigando a situação, como também o Tribunal deve investigar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permite-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- (...) Agora, acho por demais danoso para o sistema de ação jurisdicional, passando pelo Ministério Público, um documento desse se tornar uma peça de disputa política, quando, em verdade, não tem nenhuma substância para que façamos aqui qualquer juízo de valor. Eu acho que nós...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permite-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- Aguarde, Sr. Deputado.

(...) Eu acho que nós temos que ter cuidado, muito cuidado, deputado Euclides, porque ninguém mais na vida pública está exposto a juízos de valor antecipados do que a classe política.

Então vamos ter cuidado porque, quando cuspiamos para cima, aí tenha certeza de que lá na frente, lá adiante o que fizemos pode voltar contra nós. Há outra situação que quero chamar a atenção ...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado, deixe-me tentar o raciocínio da segunda questão, que lhe passo, se der tempo. Não é por nada, não. É porque tenho outra questão para colocar. Sobre ela, eu ouvi vocês à tarde toda aqui, tranquilo, sereno todo o tempo. E agora estou só respondendo. V.Ex^{as} tiveram tempo para falar. Essa segunda questão é com relação às emendas impositivas. Os senhores hão de convir que realmente são um avanço grande para o Estado da Bahia as emendas impositivas. Aliás, são obra dum deputado de Bancada de governo, o qual teve aqui o apoio da unanimidade dela. E, é óbvio, tem o governo também o interesse de cumprir.

Agora, eu queria apenas esclarecer a V.Ex^{as} que isso não é bandeira política vossa. Não é, porque em Brasília não respeitam! Não é, porque em Salvador não existem! Não é, porque V.Ex^{as} não têm isso como pedra de toque político pra nada! Mas é óbvio que V.Ex^{as} estão reclamando aqui, como nós também estamos, evidentemente, de situações do dia a dia que não estão fáceis. Por exemplo, nós hoje vivemos um corte de repasse financeiro do governo federal para a Bahia jamais visto! E lembrem que somos o governo que instalou no Brasil o republicanismo. Fomos nós que trouxemos as políticas públicas de saúde da família, SAMU, Bolsa Família. Aprimoramos e trouxemos. Tiramos de Fernando Henrique, que, aliás, copiou de uma política do Rio Grande do Sul, do nosso querido amigo do PT Olívio Dutra. E fomos nós que vencemos lá no Rio Grande do Sul. Tornou-se a política de agente comunitário e saúde da família, e quem universalizou no Brasil fomos nós, de forma extremamente republicana, como fizemos com o Bolsa Família, como fizemos com o Luz para Todos, como fizemos com o Minha Casa Minha Vida, como fizemos, enfim, em todas essas políticas.

Nós estamos a reclamar situações concretas de repasses concretos, com relação, e aí quero dizer também para a minha Bancada, às emendas impositivas, ao esforço, como eu disse na televisão - vou repetir -, ao esforço do governo em gradativamente estar cumprindo-as. Mas quero lembrar que o nosso governo hoje, no

Brasil, está em segundo lugar em termos de investimento, só perdendo para São Paulo, que, diga-se de passagem, tem um Orçamento seis vezes maior do que o nosso ou mais. E atualmente o nosso, para investimentos, é de 1,3 bilhão, enquanto o de São Paulo é de 2,8 bilhões.

Então, isso já mostra que proporcionalmente a Bahia é o Estado do Brasil que conseguiu manter seus investimentos porque teve capacidade, coragem, competência e lealdade ao povo baiano, manteve as contas em dia, cortou na carne e fez o dever de casa.

Isso tem que ser dito. Agora, evidentemente, ainda temos apertos financeiros, dificuldades diversas. E por isso usei o termo gradativamente. Nós estamos gradativamente ... Inclusive hoje já encaminhamos ...

O Sr. Soldado Prisco:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, deputado. Mas não tenho tempo.

Encaminhamos a V.Ex^{as} uma proposta para também já ir amenizando o saldo com construções e ações da Cerb e vamos continuar conversando, tanto com V.Ex^a como com a nossa Bancada, de cabeça erguida, cabeça no lugar, pé no chão, seguindo em frente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Para o restante do tempo, 6 minutos e meio, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores, imprensa, visitantes. Primeiro – presidente – ouvi o deputado Pedro Tavares questionar aqui o governo do Estado com relação à cidade de Itapetinga.

Eu queria dizer ao deputado Pedro que é natural que ele desconheça um conjunto de ações que o governo do Estado fez em Itapetinga, porque apesar de querer que ele seja um deputado atuante na minha querida cidade de Itapetinga, Itororó e região, mas como ele chegou há pouco tempo nessa atuação lá desconhece as ações – deputado Euclides – do governo do Estado naquela cidade.

Quero dizer, aqui, que é difícil uma cidade do porte de Itapetinga ter tido mais ações do governo do Estado nos últimos 8 anos. E ainda neste governo, mesmo o prefeito sendo de oposição – como o governador sempre diz: não é para se olhar a cor do partido que governa o município – nós já trabalhamos no sentido de recuperar estradas internas dentro da cidade, recuperar uma BA que passa dentro da cidade a pedido da prefeitura de Itapetinga. Ainda na semana passada, conversei com o comandante da Polícia Militar com relação ao grupo de policiais militares que atua na cidade de Itapetinga e naquela região.

O Ponto Cidadão ao qual se referiu, aqui, o deputado Pedro Tavares, o governador, é verdade, anunciou, já está com o projeto totalmente pronto. Inclusive nos contatos que foram feitos entre o governo do Estado e a prefeitura de Itapetinga para que houvesse um processo de parceria, não houve por parte da prefeitura de

Itapetinga sinalização disso. Mas o governo do Estado, através da Secretaria da Administração, está com o Ponto Cidadão em andamento, feito pelo governo do Estado, porque a prefeitura se negou a participar de forma conveniada. O governo do Estado vai fazer, porque é importante não só para Itapetinga, mas para toda região.

Por isso eu queria, não vejo nenhum problema – deputado Pedro Tavares – convidá-lo para uma reunião com o secretário da Administração, que nós fôssemos juntos, para que V.Ex^a pudesse receber as informações corretas do que está acontecendo para evitar passar uma informação sem a devida realidade dos fatos, conforme aconteceu aqui há pouco.

Com relação ao deputado Prisco, meu querido deputado, eu vi aqui, V.Ex^a me deu... O Ministério Público levanta uma dúvida, faz um questionamento e pede informações sobre um possível equipamento do governo do Estado que teria sido cedido para uma determinada atividade. Em momento algum, fala-se nesse processo de grampear a, b, c ou d e nem a V.Ex^a, que diz que foi grampeado.

Primeiro, eu quero afirmar aqui: não é típico do nosso governo...

O Sr. Soldado Prisco:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- ... fazer qualquer tipo de grampo ilegal.

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda-me um aparte. Se V.Ex^a me conceder o aparte eu lhe falo.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- O governo ao qual, na época, V.Ex^a foi contrário e de quem hoje é aliado é que grampeou uma série de pessoas que foram denunciadas no Brasil inteiro. Não é o nosso governo. O nosso governo se estabelece na Bahia contra essa prática que é abominável e que nós não podemos permitir que nenhum Estado ou indivíduo...

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda-me um aparte, excelência.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- ...possa grampear qualquer cidadão sem autorização da Justiça. É mentirosa a colocação de que o secretário da Segurança Pública mandou grampear qualquer pessoa sem autorização judicial.

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda-me um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- É preciso que se prove aqui. E isso aqui não é prova nenhuma! Isso aqui não é prova alguma de que houve, por parte do secretário da Segurança Pública, qualquer tipo de grampo ilegal!

O Sr. Soldado Prisco:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por isso, meus queridos deputados e deputadas, eu acho que nós precisamos fazer aqui um debate em cima da realidade dos fatos! Traga a comprovação! Se trouxer a comprovação de que o nosso governo fez grampo ilegal, serei o primeiro a contestá-lo aqui porque, independentemente de qualquer posição, não posso permitir que aquilo que condenei o tempo inteiro esteja acontecendo. Por essa razão, duvido que o nosso governo tenha autorizado qualquer cidadão a fazer grampo ilegal de outro cidadão ou outra instituição do Estado baiano.

Quero relatar aqui, meu querido companheiro Prisco, que tenho um apreço muito grande por V.Ex^a. Mas traga as comprovações para que possamos fazer o

debate e terá um aliado contra esse tipo de postura se forem verdades as colocações que fez aqui! Sem comprovação, isso é ilação, isso não é verdade! Passa a ser leviandade colocar algo que não tem comprovação em relação a atores e ao nosso governo!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Ordem do Dia.

Matéria em regime ordinário. Em discussão única e votação.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Relator, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, trata-se do (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.292/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera os arts. 3º e 13 da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015.’”*

Rapidamente, é uma lei muito simples que modifica alguns dispositivos da Bahiainveste. De forma resumida, diz o parecer: (Lê) “A proposição que ora venho a relatar, de autoria do Poder Executivo, propõe alterações na Lei nº 13.467/2015, revogando o inciso I do seu art. 3º e o § 1º do art. 13.

As modificações propostas têm por finalidade ‘aprimorar as disposições atinentes à atuação da Empresa Baiana de Ativos S.A. - BAHIAINVESTE. Tal aprimoramento possibilitará o melhor desenvolvimento das atividades dessa empresa no sentido de colaborar com os esforços do Estado para captar recursos voltados a investimentos estratégicos que tragam benesses ao povo baiano’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

O inciso I do art. 3º, cuja revogação é proposta, estabelece, entre as exigências para a participação da BAHIAINVESTE em sociedades empresariais, que estas sejam constituídas na forma de ‘sociedade por ações’, enquanto o § 1º do art. 13 prevê que o regulamento da empresa para aquisição de bens e serviços, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja publicado na imprensa oficial após aprovado pelo Conselho de Administração e por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual...”

Na verdade, o que estamos mudando aqui são apenas pequenos detalhes procedimentais do ponto de vista da lei que estabelece a participação majoritária ou minoritária do Estado.

(Lê) “(...) O projeto de lei recebeu apenas uma emenda, de autoria da Liderança da Oposição, que propõe nova redação ao inciso I do art. 3º da Lei ora alterada, estabelecendo que somente após autorização da Assembleia Legislativa a BAHIAINVESTES poderá obter a maioria absoluta do capital votante de sociedade empresarial.

Opino pela rejeição pelo simples detalhe. Ocorre que, o PL nº 22.292/2017 não esbarra em nenhuma inconstitucionalidade, uma vez que trata acerca da possibilidade de participação da BAHIAINVESTES em sociedades empresariais, observando, sobretudo, o quanto disposto no inciso XIX do art. 37 da CF/88, que expõe que a instituição, de sociedade de economia mista ou empresas públicas deverá ocorrer mediante lei específica, o que efetivamente ocorreu com a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, que criou a BAHIAINVESTES.

Aliado a isso, estabelecer que somente após autorização da Assembleia Legislativa da Bahia poderá a BAHIAINVESTES obter a maioria absoluta do capital votante de sociedade empresarial engessa a sua atuação, restringindo o atendimento das finalidades mais amplas e precípuas, sobretudo a dinâmica de atores de mercado, além de intervir na livre atuação do Estado.

A presente emenda, portanto, afronta a Constituição Estadual ao se imiscuir na gestão e competência do Estado e é contrária ao interesse público.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, que garante o Estado ter maioria, se necessária, de votante nessa composição entre o Poder Público e o poder privado.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2017.”

É, portanto, Sr. Presidente, a nossa leitura do parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Eu gostaria, presidente, baseado no art. 81 do nosso Regimento, de pedir vistas ao Projeto e aproveitar a presença do nosso presidente aqui no Plenário para pedir a ele o empenho para que ocorra o cumprimento da palavra que o governador fez com esta Casa, com a Presidência, com o deputado Angelo Coronel, com todos os deputados, o cumprimento do pagamento das emendas impositivas. Esse calote que o governador está dando na Casa é um total desrespeito e irresponsabilidade com todos os deputados. Nós precisamos nos unir, nos levantar contra essa falta de respeito com a Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Exª será atendido, terá 48 horas para analisar o parecer.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Só 1 minuto, 1 minuto, quem pediu questão de ordem aí?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, V.Ex^a não tinha colocado ainda o projeto em votação, certo? Eu...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O parecer foi lido, deputado Rosemberg Pinto. Após o parecer lido, o membro da comissão que for pertinente ao projeto pode pedir vistas, isso consta no Regimento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Líder.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu quero fazer uma comunicação inadiável. E aí, em primeiro lugar, eu quero dizer que é muito natural aqui que se tragam situações relacionadas com qualquer problema do governo a partir dos membros da Oposição, mas eu quero falar de uma nota oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

A Secretaria de Segurança Pública esclarece que nenhum grampo foi realizado contra desembargadores baianos. A pasta foi procurada por uma pessoa que se apresentou como vítima de extorsão, segundo ela, cometida por um advogado. Ela foi orientada a reunir indícios que comprovassem a denúncia. Ressalta ainda que, como ocorrem situações semelhantes, foi disponibilizado um gravador de voz simples, equipamento comum, para utilização em investigações. No entanto, nenhum arquivo de áudio foi apresentado à polícia, sendo devolvido o equipamento posteriormente.

Esclarece ainda que a Corregedoria Geral está acompanhando o caso e se coloca à disposição do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público (GAECO) para quaisquer esclarecimentos, ressaltando que todas as ações realizadas no caso foram executadas estritamente dentro da lei, sendo todas as provas dessa conduta remetidas à Justiça após a conclusão da Corregedoria.

A Secretaria de Segurança Pública reforça que é atribuição da polícia investigar toda e qualquer denúncia, e que estranha que um documento sigiloso fosse abertamente divulgado, não só nos meios de comunicação, como tendo sido utilizado para fins políticos, podendo, inclusive, atrapalhar as investigações.”

Então, é preciso que tenhamos cuidado. Não vamos, no açodamento, querer emparedar um governo que tem responsabilidades e que tem dado demonstrações dessa conduta, muito diferentemente de um passado não muito distante, em que sequer os deputados dessa Casa podiam regularizar os textos que não estavam com boa ortografia e gramática. Imagine... o painel do Senado foi grampeado, inclusive por alguém daqui da Bahia, que se notabilizou como um grampeador mor da política baiana.

Então, eu quero colocar claramente que essa nota coloca por terra...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- ...os questionamentos (que nós respeitamos por parte da Oposição), entretanto, solicitamos que é preciso ter um pouco mais de cuidado para poder fazer determinadas afirmações.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a, como Líder, tem a prerrogativa de fazer a comunicação inadiável, mas V.Ex^a não a fez e, sim, leu uma nota que estava em um *site*.

Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não teria nenhuma razão aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Luciano, eu gostaria também que V.Ex^a, para ser correto, citasse o artigo de sua questão de ordem, para não ter dúvidas da minha...

O Sr. Luciano Ribeiro:- É para falar contrariamente à questão de ordem pedida pelo deputado Joseildo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É um contraponto, então.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Exatamente. Sr. Presidente, me surpreende a colocação do deputado Joseildo...

O Sr. Bira Corôa - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- ...quando aqui foi falado, pelo deputado Prisco, a respeito de uma denúncia oferecida (que foi o que me apareceu aqui sobre a Mesa, que o deputado Prisco nos apresentou) à Justiça – Vara Criminal sobre os fatos apurados. É sobre uma ação cautelar que consta nesta denúncia, numa nota anexada à denúncia ministerial, dizendo desta circunstância...

É óbvio que ninguém está aqui fazendo juízo de valor, mas há uma denúncia formal, oriunda de uma investigação, e ninguém aqui, pelo menos nós, não fizemos... E aí o deputado Joseildo, que já chamou aqui, preconceituosamente, na semana passada, o nosso prefeito de “Grampinho”, agora se refere a situações pretéritas, ao painel do Senado Federal, e nós estamos aqui porque o deputado Prisco trouxe uma denúncia formal, oferecida pelo GAECO à Justiça, por não ter nada sigiloso. E está aí. O que se deveria fazer era exatamente o que fez a Secretária de Segurança Pública: apresentar uma nota se explicando, porque terão na Justiça a oportunidade de se defender. Não dizer que por ser sigiloso, não pode ser dito. Dizer que porque antigamente, há tempos, divulgaram e violaram o painel eletrônico do Senado – que nós condenamos, eu condeno –, está justo e deve ser feito isso.

Portanto, a nossa questão de ordem é para rechaçar esse tipo de insinuação e para dizer que o que o deputado trouxe aqui não foi uma investigação, foi uma denúncia formal do Ministério Público para a Justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, primeiro, a minha questão de ordem é para

fazer uma contestação e, ao mesmo tempo, colocar que se contesta na comunicação inadiável a justificativa de uma matéria que foi apresentada e que, automaticamente, precisava, intempestivamente, ser rebatida. A Mesa compreende que não era cabível, mas é cabível a réplica para rediscutir a questão.

Por isso, Sr. Presidente, eu vou fazer uma solicitação à condução da Mesa: que atentemos mais para o Regimento Interno dessa Casa, evitando o pinga-pinga, que não procede, não conduz, não aprofunda o debate e a discussão. E aproveitando, já que foi pedido vista para a matéria em discussão no dia de hoje, solicito que se faça uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não havendo 21 senhores deputados no Plenário, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.